

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

João Gabriel Teixeira da Costa

**OS PRESSUPOSTOS DO MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE
1964: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA DO PENSAMENTO MILITAR
BRASILEIRO (1889-1964)**

**Resende
2022**

	<p align="center">APÊNDICE III (TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL) AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA E DA DOCTRINA NA AMAN</p>	<p align="center">AMAN 2022</p>
---	--	--

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DENATUREZA PROFISSIONAL

<p>TÍTULO DO TRABALHO: OS PRESSUPOSTOS DO MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA DO PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO (1889-1964)</p>
<p>AUTOR: JOÃO GABRIEL TEIXEIRA DA COSTA</p>

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

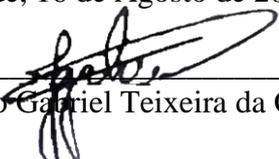
Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras.

Resende, 16 de Agosto de 2022.



 Cad João Gabriel Teixeira da Costa

Dados internacionais de catalogação na fonte

C837p COSTA, João Gabriel Teixeira da

Os pressupostos do movimento cívico-militar de 31 de março de 1964: uma análise histórica e política do pensamento militar brasileiro (1889-1964). / João Gabriel Teixeira da Costa – Resende; 2022. 51 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Rodrigo Félix Owerney

TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2022.

1.Movimento Cívico-militar 2.31 de Março de 1964
3.Pensamento militar brasileiro I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Jurandi de Souza CRB-5/001879

João Gabriel Teixeira da Costa

**OS PRESSUPOSTOS DO MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE
1964: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA DO PENSAMENTO MILITAR
BRASILEIRO (1889-1964)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Maj Rodrigo Félix Owerney

Resende
2022

João Gabriel Teixeira da Costa

OS PRESSUPOSTOS DO MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA DO PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO (1889-1964)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 30 de maio de 2022:

Banca examinadora:



Rodrigo Félix Owerney, Major
(Orientador)



Douglas Silva da Motta, Ten Cel
Examinador 2



Andrei Adornes Monteiro, 1º Ten
Examinador 3

2022

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, que me possibilitou ser aprovado em um concurso tão difícil como o da EsPCEx e ser capaz de vencer todos os desafios que encontrei até o presente momento. Dedico também aos meus pais, duas pessoas que foram essenciais durante todos esses anos, que me deram total apoio em minhas decisões e se sacrificaram

financeiramente e emocionalmente para que eu pudesse realizar o sonho de ser oficial combatente de carreira do Exército Brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me concedido à honra de estar cursando a AMAN, pois sei que a oportunidade que tive é para poucos.

Agradeço também à minha família, pessoas sensacionais que eu sei que se sacrificam emocionalmente todos os dias com saudade e mesmo assim continuam me dando o suporte necessário para seguir meu sonho.

Por fim agradeço aos meus companheiros, pois são eles que fazem a vida na caserna ser levada com um pouco mais de tranquilidade, uma vez que sei que sempre estarão lá por mim quando for necessário.

RESUMO

OS PRESSUPOSTOS DO MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA DO PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO (1889-1964)

AUTOR: João Gabriel Teixeira da Costa
ORIENTADOR: Maj Rodrigo Félix Owerney

Desde o fim dos governos militares, tudo que é relacionado ao tema passou a ser tratado com certo tabu pela sociedade brasileira, que veio a deixar de lado um período histórico riquíssimo em feitos e aprendizados para o Brasil. Essa pesquisa visa recuperar a atenção para essa parte de nossa história tendo como objetivo analisar, desde 1889 até 1964, os antecedentes e as causas do Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964, além de descrever as participações dos atores envolvidos diretamente no Movimento, dando foco para o desenvolvimento do pensamento militar brasileiro. O trabalho identificará os eventos que marcaram ou mudaram a maneira de pensar dos militares brasileiros desde à Proclamação da República até ascensão do general Castello Branco ao cargo de Presidente do Brasil, abordando durante esse processo a disseminação da teoria positivista dentro do Exército, o nascimento do Movimento Tenentista e as participações dos militares nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros. Além disso também serão analisadas as crises internas do mandato de João Goulart e as atitudes do político que serviram como causas para o desenrolar de sua remoção do cargo, bem como uma descrição da sequência de eventos nas vésperas da queda de Jango.

Palavras-chave: Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964, Pensamento militar brasileiro.

ABSTRACT

THE ASSUMPTIONS OF THE CIVIC-MILITARY MOVEMENT OF MARCH 31, 1964: A HISTORICAL AND POLITICAL ANALYSIS OF BRAZILIAN MILITARY THOUGHT (1889-1964)

AUTHOR: João Gabriel Teixeira da Costa

ADVISOR: Maj Rodrigo Félix Owerney

Since the end of the military governments, everything related to the subject has been treated with a certain taboo by Brazilian society, which has forgotten a historical period very rich in achievements and learning for Brazil. This research aims to recover attention to this part of our history and aims to analyze, from 1889 to 1964, the background and causes of the Civic-Military Movement of March 31, 1964, in addition to describing the participation of the actors directly involved in the Movement, focusing on the development of Brazilian military thought. The work will identify the events that marked or changed the way of thinking of the Brazilian military from the Proclamation of the Republic to the rise of general Castello Branco to the position of President of Brazil, approaching during this process the dissemination of positivist theory within the Army, the birth of the Tenentista Movement and the participation of the military in the governments of Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek and Jânio Quadros. In addition, will also be analyzed the internal crises of João Goulart's mandate and the attitudes of the politician that served as causes for the course of his removal from post, furthermore will be made a description of the sequence of events on the eve of Jango's fall.

Keywords: Civic-Military Movement of March 31, 1964, Brazilian military thought.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 Objetivo geral.....	10
1.1.2 Objetivos específicos.....	10
1.2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
1.2.1 Nova História Militar	11
1.2.2 História Política	11
1.2.3 Pensamento Militar Brasileiro	12
1.3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	14
1.3.1 Tipo De Pesquisa.....	14
1.3.2 Métodos.....	14
1.3.2.1 Procedimentos de pesquisa.....	14
1.3.2.2 Limitações	15
2 ANTECEDENTES.....	16
2.1 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.....	16
2.2 O POSITIVISMO	18
2.3 O MOVIMENTO TENENTISTA	19
2.4 INTENTONA COMUNISTA	21
2.5 ESTADO NOVO	23
2.6 O POPULISMO	25
3 CAUSAS	29
3.1 O PARLAMENTARISMO	29
3.2 O GOVERNO DE JOÃO GOULART	30
3.3 O COMÍCIO DA CENTRA DO BRASIL	33
3.4 A REVOLTA DOS MARINHEIROS	34
4 O MOVIMENTO	38
4.1 O INÍCIO DO MOVIMENTO	38
4.2 A SITUAÇÃO POLÍTICA	40
4.3 O DESLOCAMENTO DE TROPAS	42
4.4 A PARTICIPAÇÃO DA AMAN	43
4.5 A RESOLUÇÃO DO CONFLITO.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

O Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964 é um tema interdisciplinar que não se contém somente à história militar, mas também à área da psicologia, geopolítica e relações internacionais, além disso também suscita debates e reações, exigindo do pesquisador o entendimento de diversas variantes, tanto para se abster de vieses políticos e ideológicos quanto para produzir o conhecimento histórico de acordo com os fatos. Para além dos acontecimentos ocorridos, para que o trabalho do historiador se desenvolva de maneira relevante, o mesmo deve também buscar entender os motivos que levaram os agentes a tomarem as decisões, como forma de reconstruir a história.

De acordo com René Rémond, o objeto principal da história “é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas”, ou seja, história é uma ciência que estuda ações humanas no tempo e no espaço, analisa os processos sociais, culturais e econômicos pelos quais uma sociedade passa e atribui significado a eles, produzindo assim explicações sobre o passado. Portanto essa ciência é muito mais do que apenas relatos de fatos ocorridos, história é a identidade dos povos, como foram formados e o processo pelo qual culturas passaram para se tornarem o que são na contemporaneidade.

A construção do conhecimento histórico é feita pelos historiadores, os profissionais que observam os acontecimentos do mundo, documenta-os e atribui significado aos fatos ocorridos. Entretanto, esse profissional é um ser humano e está sujeito a introduzir na história opiniões próprias e julgar com parcialidade os eventos do passado. Segundo René Rémond:

[...] o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a "ideologia dominante", e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época. (RÉMOND, 2003, p. 13)

Na antiguidade, observa-se a frequente produção da chamada História Militar, dedicada à produção de relatos, principalmente, sobre o travamento de batalhas e conflitos entre monarcas, uma vez que esses eventos eram uma ferramenta medular para sucessão de transformações no mundo antigo. “Talvez não seja exagero dizer que, para os historiadores

antigos, desde Heródoto¹, a guerra era o principal fator explicativo das mudanças históricas, um autêntico ‘motor da história’”. (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 115)

Entretanto, com o passar o tempo, não só as grandes batalhas eram documentadas, como também, as decisões políticas que levavam a elas, o que é conhecido como história política. René Rémond em *Por Uma História Política* aponta que no antigo regime, a história política tinha como objetivo a pessoa dos monarcas, com a queda desses regimes no mundo, era de se pensar que era o seu fim, porém não foi, apenas mudou seu enfoque, priorizando agora o Estado e Nação, suas formações, conquistas, revoluções, mudanças de regime e ideologias. (RÉMOND, 2003, p. 15)

Devido aos diferentes historiadores de tempos e lugares distintos, a história normalmente apresenta certas oscilações. Por conseguinte história política apresenta o dever de carregar as mudanças das sociedades e os reflexos que elas trazem como consequências, como diz Rémond:

Como sempre acontece em história, a explicação dessas oscilações está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa: cabe, pois, considerar alternadamente as mudanças que afetaram o político e as modificações ocorridas no espírito dos historiadores que preferiram fazer dos fenômenos políticos o objeto principal de seu estudo. (RÉMOND, 2003, p. 14)

Após a chegada dos portugueses ao continente americano desenvolveu-se alguns sistemas políticos de administração do território brasileiro passando pelo status de Colônia, Reino Unido de Portugal e Algarves, Império e por fim uma República. A República brasileira, proclamada em 15 de novembro de 1889, iniciou-se com certa turbulência no país, vindo a passar por governos militares, movimentos políticos e tentativas de tomada do poder. Um desses movimentos foi o chamado Tenentismo², movimento político cujos integrantes eram jovens oficiais do Exército, que estavam insatisfeitos como sistema político brasileiro e tinham como principal objetivo a retomada do poder perdido com a República Velha.

Segundo Leonardo Trevisan, em sua obra *O Pensamento Militar Brasileiro*, foram esses ideais tenentistas que guiaram as ações dos militares brasileiros durante a Primeira República e a Era Vargas. Com a volta do regime democrático em 1945 e a ascensão de governos populistas, a participação dos militares na vida política do país gerou diversos conflitos, tanto em função das tensões típicas da Guerra Fria quanto das diferentes concepções

¹ Heródoto, também conhecido como o pai da história, foi um grande historiador e geógrafo dos tempos antigos. Viveu entre 485 e 425 a.C.

² O tenentismo foi um movimento político e militar realizado por jovens oficiais brasileiros durante o período da Primeira República e que foi responsável por alguns dos principais eventos da história do Brasil nos quais tiveram participação dos militares.

de projeto de nação, tendo seu ápice no governo João Goulart e culminado com o Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964. Entender o pensamento dos militares brasileiros e o que os levaram a serem protagonistas em 1964 é o escopo deste trabalho.

Esta pesquisa justifica-se em conhecer a evolução da maneira de pensar dos militares brasileiros, para a correta compreensão dos eventos históricos que levaram ao Movimento Cívico-Militar de 1964, visto que atualmente, na sociedade brasileira, há uma divergência de opiniões sobre tal período. Para tanto, se limitará ao período da história compreendido entre a adoção do sistema republicano pelo Brasil, até a ascensão dos militares ao mais alto cargo político da nação. O trabalho será dividido em antecedentes, onde serão analisados os eventos que marcaram o modo de pensar da oficialidade brasileira, ocorridos entre a Proclamação da República até a queda de João Goulart. Posteriormente serão analisados os acontecimentos no governo de Jango, bem como suas decisões que serviram como causas de sua derrocada. Por fim serão descritas as ações dos militares durante às vésperas da saída do presidente de seu cargo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o processo histórico e político que culminou no Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964, sob a luz do Pensamento Militar Brasileiro para recuperar a atenção aos feitos dos militares da época.

1.1.2 Objetivos específicos

Analisar os antecedentes do Movimento Cívico-Militar de 1964.

Analisar as causas do processo que culminou no Movimento Cívico-Militar de 1964.

Descrever a participação dos militares no Movimento Cívico-Militar de 1964.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

1.2.1 Nova História Militar

Por nova história militar, compreende-se a antropologização de vários temas. Segundo Ciro Flamarion Cardoso em sua obra *Novos Domínios da História a renovação da história militar busca a multidisciplinariedade dos estudos históricos, através da utilização de outras fontes de pesquisa, ou seja, não só buscar conhecimento nos documentos escritos, mas nas experiências de vida de quem presenciou os conflitos. Dessa forma, analisar o ponto de vista de soldados que protagonizaram a guerra, e “Buscar o rosto da batalha passou a ser um dos propósitos da disciplina, em vez de narrá-la pelo alto”.* (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 121)

Isto posto, a interdisciplinaridade da nova história militar agrega assuntos cotidianos que influenciam no processo histórico, rejeitando a subordinação à história política, uma vez que questiona as motivações do estado como único campo para interpretações históricas. Dessa forma, deixando de ter a guerra como objetivo único da disciplina e torna-a muito mais ampla, abrangendo fatores econômicos, sociológicos, psicológicos, filosóficos, de relações internacionais e de ciência política. Sendo assim, a nova história militar mostra-se de grande importância para análise dos conflitos atuais, como os feitos nessa pesquisa. (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 113)

1.2.2 História Política

Ainda que a história militar não se subordine à história política, ambas trabalham domínios em comum, uma vez que com a modernização do mundo, essa também passou a ser intrinsecamente multidisciplinar, como explica Rémond (2003, p. 29) “De fato, a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. A pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar”. O Estado nas sociedades contemporâneas como maior grau de uma política organizada e o principal alvo de competições, uma vez que é através dele que se alcançará o poder. Além disso, Rémond também retrata o Estado como instrumento da “classe dominante”, ou seja, as decisões tomadas por ele expressam não a vontade da nação, mas os anseios da elite dessa sociedade. (REMOND, 2003, p. 20)

Entre os domínios abrangidos pelo Estado, a economia é um fator de grande importância para a permanência do governante no poder, por isso, não podemos cometer o

erro de achar que são fatores independente, temos de ter em mente a interdependência de Estado e economia.

O desenvolvimento das políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior (RÉMOND, 2003, p. 23)

Essa relação pode ser observada no Movimento Tenentista, o qual tinha um projeto de nação contrário ao do Estado brasileiro, pondo fim as políticas oligárquicas, que priorizavam os estados em que a principal fonte de renda era o café. Dessa forma evidencia-se nesse movimento a reciprocidade entre política e economia, uma vez que a política econômica adotada pelo país influenciou diretamente no levante de um movimento contrário ao governo.

Além disso, outro fator essencial para entendimento da história política é a observação do historiador, uma vez que “A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político”. (REMOND, 2003, p. 22)

Por isso, para o bom entendimento da história política brasileira, faz-se de suma importância a observação não de um, mas de vários aspectos vividos pela sociedade brasileira no período antecedente a 1964, entre eles destacam-se os fatores econômicos, os anseios do grupo político no poder e a as opiniões políticas do historiador.

1.2.3 Pensamento Militar Brasileiro

Por pensamento militar brasileiro, entende-se a mentalidade da classe militar, seus anseios, preocupações e motivos pelos quais pensam de determinada forma. Esse é um tema que segundo Leonardo Trevisan, em seu livro *O Pensamento Militar Brasileiro*, causa curiosidade pelo fato dos militares serem os detentores da força e medo por passarem certa ideia de algo secreto ou perigoso. Entretanto o pensamento militar brasileiro visa “discutir o militar, nem como um Deus todo-poderoso nem como um bicho-papão”. (TREVISAN, 1985, p. 8)

Por isso, para a correta compreensão do pensamento militar deve-se ter em mente que os militares brasileiros estudam para elaborar planos de guerra e ações de desenvolvimento

nacional. Dessa forma devem ser vistos como aqueles que dedicam suas vidas pela defesa e progresso da pátria, uma vez que nenhum país deve preterir quem o defende.

1.3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

1.3.1 Tipo De Pesquisa

Será realizada uma pesquisa explicativa sobre os antecedentes e causas do processo que resultaram no Movimento Cívico-Militar de 1964. A pesquisa explicativa é o tipo de pesquisa que visa identificar fatos que colaboram para o acontecimento de determinados fenômenos. Segundo Leonel e Motta, a pesquisa explicativa é “o tipo de pesquisa que explica as razões ou os porquês das coisas”. (LEONEL; MOTTA, 2007, p. 104)

Quanto aos procedimentos, será efetuada uma pesquisa bibliográfica para a ampliação do conhecimento sobre o período histórico vivido pelo Brasil de 1889 a 1964 e sobre a evolução do pensamento militar brasileiro. A pesquisa bibliográfica pretende buscar auxílio em obras previamente escritas, segundo o Manual de Iniciação à Pesquisa Científica, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), é um pré-requisito para explicar algo com base no que já foi publicado por outros autores em livros, revistas, editoriais, artigos e etc. (ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, 2019, p. 59)

Quanto à abordagem, será realizada uma pesquisa qualitativa sobre o pensamento militar brasileiro e porque os eventos ocorridos no Brasil em 1964 aconteceram da maneira que conhecemos. A pesquisa qualitativa propõe-se a explicar a complexidade de um assunto, bem como analisar suas diferentes interpretações. Essa pesquisa lida “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes de grupos ou indivíduos e tem como principal objetivo conhecer as percepções dos sujeitos pesquisados acerca de uma situação-problema”. (ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, 2019, p. 57)

1.3.2 Métodos

1.3.2.1 Procedimentos de pesquisa

Será realizada uma pesquisa histórica para compreensão dos eventos referentes ao Movimento Cívico-militar de 31 de Março de 1964. O método histórico baseia-se na ideia de que os problemas do presente têm suas origens no passado e por isso “A pesquisa das raízes geradoras desses fenômenos sociais permitiria a compreensão da sua natureza e função na atualidade”. (ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, 2019, p. 48)

Primeiramente será feito um levantamento de dados que aumentem o arcabouço de conhecimento sobre o período histórico brasileiro do ano de 1889 ao ano de 1964, dando enfoque ao pensamento militar brasileiro do período.

Esses dados serão armazenados por forma de fichamento, que em sequência serão avaliados criticamente para a retirada de conclusões sobre a participação militar no processo político ocorrido no Brasil nos meados dos anos 1960.

1.3.2.2 Limitações

A pesquisa apresenta a limitação de ser efetuada sobre um assunto extremamente amplo, cheio de discussões políticas e ideológicas que dificultam a divergência de opiniões. Ademais o tema 31 de Março ainda é relativamente recente, onde personagens do período histórico ainda estão vivos e interferem e dificultam a análise histórica com maior imparcialidade.

2 ANTECEDENTES

2.1 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O objetivo do presente capítulo é analisar os antecedentes do Movimento Cívico-Militar de 31 de março de 1964, demonstrando como o pensamento militar brasileiro evoluiu durante a primeira metade do século XX e o tamanho que sua influência alcançou, tornando-se suficiente para repercutir nacionalmente. “Historicamente, no Brasil, os militares sempre intervieram no poder político, nos negócios do governo. Portanto 64 não foi a primeira vez. Nem mesmo a Proclamação da República, com o marechal Deodoro à frente e tudo, em 1889, não foi a primeira intervenção.” (TREVISAN, 1985, p. 9)

A primeira intervenção de que se tem registro data da época imperial. No início desse período, a base do Exército Brasileiro era formada principalmente pela população mais pobre, uma vez que enxergavam no militarismo uma forma de obter estudos sem precisar frequentar as grandes faculdades do país. Entretanto, o crescimento do número dessas pessoas na instituição, fez a aristocracia se preocupar com os problemas que poderiam ser causados por uma camada social economicamente inferior com acesso a armas de fogo. (TREVISAN, 1985, p. 15)

Foi nesse contexto que houve a criação da Guarda Nacional, uma forma de prevenção à popularização do Exército. A nobreza da época garantiu que os oficiais da Guarda Nacional, os grandes latifundiários do país fossem equiparados aos coronéis da tropa, impedindo assim o crescimento dos efetivos e limitando as ascensões hierárquicas dentro da instituição. (TREVISAN, 1985, p. 16)

Essa situação vivida entre os militares e os grupos políticos que estavam à frente das instituições do governo se agravou ainda mais com a Guerra do Paraguai. O início do conflito criou uma demanda por uma força terrestre forte e capaz para enfrentar a potência rival. Após o triunfo no país vizinho a tropa retornou ao Brasil, porém não teve o recebimento caloroso que imaginou, pois o governo temia que inchar o ego do Exército poderia incentivar revoltas contra o Império. Entretanto foi exatamente o descaso do imperador por suas tropas que aumentou o ressentimento dos militares e deu origem a chamada Questão Militar ³, um dos pilares para a derrubada de D. Pedro II. (TREVISAN, 1985, p. 18)

³ A Questão Militar foi uma sequência de desentendimentos entre o Exército e a Monarquia Brasileira no período imperial que culminou com a derrubada do imperador e a instauração da República como sistema político.

A queda do imperador foi um conjunto de descontentamentos de vários setores da sociedade, entre eles o dos militares. Esses sentiam-se relegados ao segundo plano pelo governo, que coibia a participação política dos homens de armas. Ligado a isso, o incentivo dois ideais positivista, encabeçados pelo professor Benjamin Constant, desencadeou atos de enfrentamento ao império, os quais envolveram oficiais, alunos da Escola Militar e até mesmo o Comandante das Armas do Rio Grande do Sul, Deodoro da Fonseca. (TREVISAN, 1985, p. 24)

O marechal Deodoro da Fonseca foi o militar que assumiu o cargo chefe da nação após a queda do imperador. Sua escolha foi feita por diversos fatores, entre eles o de que era um oficial que trilhou seu caminho na instituição desde soldado, todavia agradava tanto “tarimbeiros” como “doutores”⁴. Durante a crise vivida pelo Exército se aproximou de Benjamin Constant, um professor positivista da Escola do Realengo e por definição um oficial “doutor”. “À “tarimba” juntou-se a Ciência por obra e graça da incompetência do Império em lidar com os homens de farda.” (TREVISAN, 1985, p. 25)

O sucessor de Deodoro foi o marechal Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro”. No governo de Floriano os militares buscaram estender seu poder para além dos quartéis, além disso foi marcado pelo desenvolvimento econômico e realização de grandes obras, entretanto não agradou como governante, seus métodos eram autoritários e assustavam a população. Por isso “As eleições asseguraram a vitória de Prudente de Moraes, um civil, cafeicultor que tomou posse com um imenso fantasma às suas costas: o militarismo “a la Floriano” ...” (TREVISAN, 1985, p. 29)

No governo de Prudente de Moraes os militares demonstraram que além de sua ineficácia política, também não estava preparado para o combate. O Exército encontrou enormes dificuldade na luta contra meros camponeses em Canudos, na Bahia, pois para acabar com o conflito necessitou de quatro expedições diferentes, demonstrando total incapacidade.

Expulsos do poder político pelos civis, confirmada a ineficiência de seu próprio preparo profissional, a inutilidade ostensiva de suas doutrinas filosóficas, o Exército entra no século XX desorientado, sem rumo certo. Despreparado até para cumprir suas funções constitucionais. Os seus melhores oficiais, com certeza, se perguntavam: por onde recomeçar? (TREVISAN, 1985, p. 30)

⁴ Os oficiais tarimbeiros eram aqueles que galgavam postos desde sua entrada no Exército, como soldados, e os oficiais doutores ou científicos eram aqueles egressos de escola de formação. (BUENO, 2012, p. 314)

Desde os tempos do império uma teoria acompanhava os militares e direcionava o pensamento militar brasileiro, o Positivismo. Essa corrente pregava a ordem, o progressivíssimo, a resistência passiva e o método científico como único caminho para a prosperidade. Assim sendo, o Exército entra no século XX desacreditado e encontra nessa doutrina um rumo a ser seguido. (TREVISAN, 1985, p. 31)

2.2 O POSITIVISMO

O termo Positivismo foi utilizado pela primeira vez, por Saint Simon, para nomear o método científico e sua extensão para a filosofia. Foi adotado por Augusto Comte para intitular sua doutrina, quando passou a dar nome a uma grande corrente filosófica que durante a segunda metade do século XIX ganhou várias manifestações nos países do mundo ocidental. “A característica do P. é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível.” (ABBAGNANO, 2007, p. 7760)

No início do século XX, no Brasil encontrava-se uma sociedade com pretensões de transformar o país em uma nação civilizada como as europeias, cultuando assim a literatura, as artes, a educação e a oratória. Nesse contexto, o positivismo caiu como uma luva para os oficiais do Exército, principalmente para a ala dos “doutores”, que conseguiam propagar a doutrina, visto que “As Escolas Militares, principalmente a da Praia Vermelha, a principal escola de formação de cadetes, eram declaradamente positivistas.” (TREVISAN, 1985, p. 31)

Entretanto esse processo trilhava o caminho para a total burocratização da oficialidade, uma vez que não se formavam mais soldados nas escolas e sim oficiais-filósofos, intelectuais preocupados com problemas matemáticos e literários, mas não com a guerra.

Raros soldados de escola produziram as escolas militares sobram-nos, entretanto, enraizados burocratas, literatos publicistas e filósofos, engenheiros e arquitetos notáveis, políticos sôfregos e espertíssimos, eruditos professores de matemáticas, ciências físicas e naturais, bons amigos da santa paz universal, do desarmamento geral, inimigos da guerra, adversários do exército permanente” (CARVALHO, 1977, p. 196)

Em consequência disso, surge uma preocupação para a elite brasileira, uma vez que o desinteresse da oficialidade pela guerra acarretaria num total despreparo do Exército e a certeza de uma derrota caso necessitasse ser empregado. Nesse cenário, sob o comando de

Hermes da Fonseca, o então Ministro da Guerra e futuro presidente, iniciam-se algumas manobras para a modernização das táticas e técnicas militares utilizadas em campanha, além da busca por mudanças doutrinárias. Uma dessas manobras foi a promoção da Missão Militar Francesa⁵, outra o envio de oficiais para estudar na Europa, os quais promoveram grandes mudanças no pensamento militar brasileiro, visto que os “Jovens Turcos”⁶ retornaram com novos aprendizados, com influências de Moltke e Clausewitz. (DORIA, 2016, p. 210)

Ao retornarem ao Brasil, os “Jovens Turcos” trouxeram os aprendizados adquiridos no velho continente para dentro das escolas militares, transformando toda a mentalidade de uma nova geração de oficiais e dando origem à outra perspectiva às reais funções do Exército. Dessa forma a oficialidade voltou a se preocupar com problemas que a força terrestre realmente poderia enfrentar e assim “lentamente a mentalidade positivista do militar começou a transformar-se. Não desapareceu de todo, mas alterou-se.” (TREVISAN, 1985, p. 38)

Várias foram as consequências da introdução dessa nova mentalidade ao pensamento militar da época, entre elas o surgimento de um movimento liderado por jovens oficiais do Exército, em sua maioria ainda tenentes.

2.3 O MOVIMENTO TENENTISTA

Um grupo específico de militares foram influenciados por essas novas ideias: os “Tenentes”. Esses oficiais eram em sua maioria jovens, alguns ainda na Escola, que herdaram de seus professores os pensamentos trazidos da Europa. Entre eles encontrava-se a ânsia pela luta contra o marasmo na ordem das coisas, chegando por vezes a cometer atos de rebeldia dentro e fora dos quartéis, como a acusação a altos oficiais de serem “bacharelescos”, incapazes e corruptos, além de culparem os generais que estavam no poder pelo atraso do país. (TREVISAN, 1985, p. 40)

Os “Tenentes” foram grandes influenciadores de seu tempo, destacando-se por serem dissidentes das antigas oligarquias, visavam o progresso, primeiramente dentro dos quartéis, depois partindo para ações armadas. O primeiro movimento ficou conhecido como 18 de Forte, foi um ocorrido em 5 de julho de 1922, quando 17 militares e 1 civil realizaram uma marcha com objetivo de combater a oligarquia cafeeira.

⁵ A Missão Militar Francesa foi uma missão do exército francês, contratada pelo Brasil, com o objetivo de modernização do Exército Brasileiro (TREVISAN, 1985, p. 38)

⁶ Os Jovens Turcos foram o grupo de oficiais do Exército que viajaram para a Alemanha para receberem formação militar, ficaram conhecidos por esse nome devido a comparação feita com os oficiais revolucionários turcos que estagiaram na Alemanha no mesmo período que os brasileiros. (DORIA, 2016, p. 22)

A primeira dessas grandes ações armadas ocorreu em 1922. Foi o conhecido “Episódio dos 18” do Forte de Copacabana, Rio de Janeiro. Pouco mais de uma dezena de oficiais-tenentes, acompanhados por alguns soldados e de um civil, abandonaram as muralhas do Forte de Copacabana, que se havia sublevado, para enfrentar na rua todo o efetivo do Exército legalista — “para morrer em nome dos ideais”. (TREVISAN, 1985, p. 42)

Alguns anos depois da revolta em Copacabana, outro movimento tenentista aconteceu. A Coluna Prestes, liderada por Miguel Costa, surge quando, em 1924, as tropas remanescentes da Revolta Paulista se juntam com o grupo de militares vindos do Rio Grande do Sul que seguiam Luís Carlos Prestes. A mobilização atravessou o país, percorrendo mais de 25 mil quilômetros, reunindo principalmente militares para lutar contra a política viciada da época, visando a deposição do presidente Arthur Bernardes. (BUENO, 2012, p. 386)

A marcha contou com a participação de figuras que seriam de grande importância política nos anos posteriores. Além de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, participaram também do movimento os tenentes Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros, Antônio de Siqueira Campos, Cordeiro de Faria, Filinto Muller e Eduardo Gomes. A Coluna terminou sem sucesso e com muitos de seus integrantes exilados, porém deu início a participação na política de figuras que mudariam o rumo da história do Brasil. (BUENO, 2012, p. 388)

Em 1930 um dos movimentos tenentistas obteve sucesso. Um ano antes, o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas se candidata à presidência pela Aliança Liberal (AL), partido dissidente da Política do Café com Leite, todavia perde as eleições para o paulista Júlio Prestes. Apesar da derrota no processo eleitoral a ideia revolucionária não teve muitas adesões até que um estopim impulsionou o movimento, quando o vice da chapa opositora, o paraibano João Pessoa, é assassinado no Recife por um adversário político. A morte do político é explorada politicamente por Vargas que dá início ao movimento com o apoio de governadores de estado e líderes tenentistas, entre eles comandante das tropas no Nordeste Juarez Távora, antigo membro da Coluna, visto que os tenentes enxergavam no político o caminho para escapar do regime oligárquico de São Paulo e Minas Gerais. “A posse de Getúlio Vargas na presidência, a 3 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República e o início de novos tempos, naquela altura ainda mal definidos.” (FAUSTO, 1995, p. 325)

Esse período compreendido entre 1930 e 1945, Vargas ocupou o cargo chefe da nação. Os militares, que ajudaram Getúlio na Revolução de 1930, durante a Era Vargas

ganharam grande participação nas decisões políticas e colocaram o pensamento militar brasileiro no governo, o que influenciou o destino do país até o fim do Regime Militar. “Em 1930, a frase de Bertoldo Klinger define bem o momento: “Chegara a hora de entregar os destinos do Brasil aos generais de terra e mar”. (TREVISAN, 1985, p. 46)

A primeira parte da etapa de Vargas no poder foi o Governo Provisório que durou de 1930 a 1934. Dois anos após assumir o cargo, Getúlio enfrenta um levante ao eclodir a Revolução Constitucionalista. Esse movimento ocorreu quando o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo se uniram, compreendendo milhares de voluntários que pegaram em armas contra o governo, com o objetivo redigir uma nova Constituição. O conflito teve duração de três meses e seu fim marcou o início do processo da volta da constitucionalização, quando mesmo vencendo o movimento revolucionário Getúlio Vargas atende o desejo dos derrotados. (BUENO, 2012, p. 424)

No ano seguinte à eleição constitucional de Vargas, ocorre um dos mais marcantes fatos da história brasileira. Em julho de 1935, o presidente decretou a extinção da Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁷ e outras organizações de cunho marxistas-lenista, além da prisão de alguns de seus integrantes, precipitando assim a eclosão da Intentona Comunista em novembro do mesmo ano. (FAUSTO, 1995, p. 360)

2.4 INTENTONA COMUNISTA

O termo Intentona significa ato temerário ou plano insensato, o que define bem o que foi esse movimento, um levante liderado por Luís Carlos Prestes, com o objetivo inicial de tomar os quartéis e derrubar o governo de Getúlio Vargas, abrindo as portas para implantar a ditadura do proletariado através do comunismo no país. Prestes, líder do levante, foi um militar com grandes participações na história brasileira. No início da década de 1930 ele se encontrava exilado na Argentina por ter liderado um movimento tenentista e por alguns anos mergulhou nos estudos, sendo orientado por Astrojildo Pereira, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O político rompeu com os antigos companheiros da Coluna após recusar um convite para apoiar Vargas e um ano depois se mudou para a União Soviética (URSS), onde foi terminar os estudos marxistas. (DORIA, 2016, p. 202)

⁷ A Aliança Nacional Libertadora foi uma organização política de caráter comunista que surgiu em 1935, reuniu antigos integrantes do movimento Tenentista que exigiam do governo o pagamento da dívida externa imediatamente e uma reforma agrária com proteção aos pequenos e médios proprietários. Tinha por trás da organização a Internacional Comunista. (BUENO, 2012, p. 427)

Três anos após a ida de Luís Carlos para Moscou, o Komintern⁸ envia o político, acompanhado de espiões estrangeiros, de volta ao Brasil com o objetivo de dar início uma revolução e instaurar um governo comunista. Prestes retorna ao país à frente da Aliança Nacional Libertadora e devido aos feitos históricos realizados na década anterior ele consegue angariar muitos seguidores para a organização, uma vez que ainda era conhecido como o “Cavaleiro da Esperança”⁹, antigo líder e entusiasta tenentista. Entretanto esse carisma foi relatado a Moscou de forma exagerada, dando a URSS uma falsa estimativa dos reais números de adeptos do movimento e dessa maneira precipitando o levante. (CARVALHO, 1981, p. 32)

As ações se sucederam em três cidades principais, Rio de Janeiro, Natal e Recife, porém por falta de coordenação as execuções não foram simultâneas, dando tempo às guarnições das outras cidades de ficarem em condições de reagir.

Por erro de interpretação de um código, a insurreição começou, prematuramente, no dia 23 de novembro de 1935, em Natal, quando dois sargentos, dois cabos e dois soldados do 21º Batalhão de Caçadores (21º BC), cerca de 300 homens da extinta Guarda Civil e poucos civis assumiram o controle da cidade. Foram três dias de violência e terror. Saques, estupros e arrombamentos foram a tônica das ações desencadeadas pelos revoltosos. (USTRA, 2007, p. 47)

Após a tentativa mal sucedida em Natal, no dia 24 o movimento teve início no Pernambuco. Ocorreram ações na Cadeia Pública, no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) e em organizações militares e delegacias de polícia, entretanto devido aos acontecimentos do dia anterior no Rio Grande do Norte as guarnições estavam alertas. A cidade de Recife recebeu apoio do 29º Batalhão de Caçadores (29º BC), de Socorro, das forças federais de Alagoas e Paraíba e da Polícia Militar do Pernambuco e mesmo assim o número de mortos chegou a algumas centenas, sendo “Esse foi o mais sangrento de todos os levantes.” (USTRA, 2007, p. 48)

Em 26 de novembro, ciente da gravidade da situação Getúlio Vargas decreta estado de sítio no país. Um dia após isso, na hora marcada, eclode o movimento liderado pelos capitães Agliberto Vieira Azevedo e Sócrates Gonçalves da Silva na cidade do Rio de Janeiro, na Escola de Aviação e no 1º Regimento de Aviação, onde heroicamente o tenente-coronel Eduardo Gomes resistiu ao ataque mesmo sendo ferido. O levante foi rapidamente controlado pela Guarnição da Vila Militar, mesmo assim ainda foram mortos o capitão Armando de

⁸ “Órgão controlado pelo Partido Comunista da URSS, destinado a criar uma União Mundial de República Soviéticas.” (FARIA et al., 2015, p. 288)

⁹ Apelido recebido pelos feitos idealistas realizados na década de 1920 (CARVALHO, 1981, p. 32)

Souza Melo e os tenentes Danilo Paladini e Benedicto Lopes Bragança, sendo esse último assassinado depois de preso e desarmado. No 3º Regimento de Infantaria (3ºRI) o número de aliados foi bem maior, o que facilitou o início das ações, quando as duas horas da manhã apagaram-se as luzes e iniciou-se o tiroteio, que não pode ser impedido devido à dificuldade de se identificar quem eram os amotinados. “Pela manhã do dia 27 de novembro, o 3º RI estava cercado pelo Batalhão de Guardas (BG), pelo 2º Batalhão de Caçadores (2º BC) e pelo 1º Grupo de Obuses. Às 13 horas, atendendo a uma intimação do general Eurico Gaspar Dutra, os rebeldes se renderam.” (USTRA, 2007, p. 48)

Nessa tentativa, atrocidades foram cometidas contra irmãos de armas enquanto dormiam dentro dos quartéis, gerando um sentimento de repúdio comum a grande parte dos militares por qualquer ato ou ideologias relacionadas ao Comunismo, uma vez que o culpavam pelas mortes de seus companheiros. “A Intentona Comunista de 1935 propiciou o inimigo comum, a criação daquele espírito de “todo mundo unido contra” que provoca o aparecimento da solidariedade, que consolida de fato o poder de alguém frente ao todo da instituição.” (TREVISAN, 1985, p. 64)

À vista disso, nos anos que se seguiram observa-se um Exército mais unido, devido ao ranço comum aos comunistas que perdura até nos dias de hoje. Assim sendo, a forma de pensar dos militares foi novamente influenciada pelos acontecimentos anteriores e adentraram o Estado Novo com uma nova mentalidade.

2.5 ESTADO NOVO

Em 1937, último ano do mandato de quatro anos para qual Getúlio foi eleito, vem ao conhecimento público um documento redigido pelo então capitão Olímpio Mourão Filho. O oficial alegava ter encontrado arquivos escritos por um judeu que teoricamente, continha os planos subversivos comunistas para tomada do poder no Brasil. “O Exercício de ficção fora batizado de Plano Cohen e, dado por autêntico, servira de justificativa para o golpe do Estado Novo.” (GASPARI, 2002, p. 64)

Com a ascensão de governos fascistas no velho continente, o novo governo de Vargas trouxe respostas parecidas às europeias para o Brasil. O presidente deu um golpe e instaurou uma ditadura pondo fim as eleições, dessa forma centralizou o controle do país, acabou com a independência entre os três poderes e passou a nomear interventores como governadores de estados e prefeitos das principais cidades, muitos desses “Tenentes”, possibilitando a militarização de diversas instituições. Tendo como principal objetivo o desenvolvimento da

pátria, o estado forte de Getúlio foi o emprego na prática da doutrina do general Góes Monteiro. (TREVISAN, 1985, p. 66)

Góes Monteiro era um militar com grande participação política no Brasil. O general exerceu forte influência frente ao poder político, uma vez que enxergava que os civis já haviam comprovado sua incompetência em conduzir a nação, portanto agora caberia ao Exército e a Marinha tomar as rédeas da organização do país.

Góes Monteiro escreveu pouco, mas conspirou muito. E exerceu o poder políticoplenamente, sem deixar espaços. Perseguiu objetivos fixados com uma eficiência reconhecida, principalmente por seus inimigos. Quanto à sua capacidade de comando, dele se dizia que “já era general desde tenente”. Não podemos afirmar que foi o primeiro, nem mesmo se leu Clausewitz, porém, com toda a certeza, foi Góes quem colocou as idéias do prussiano em prática por estas terras brasileiras. (TREVISAN, 1985, p. 56)

Suas ideias ficaram conhecidas como “Doutrina Góes”. Consistiam, em uma aplicação sistematizada da política que pretendia realizar a concepção da disciplina do corpo social, o que acarretaria em um desenvolvimento econômico do país. A prosperidade econômica, por sua vez, promoveria o desenvolvimento de um sistema de defesa arraigado e eficiente. Visto isso, se observarmos o governo de Getúlio Vargas a partir de 1937 veremos a aplicação nítida do pensamento de Góes Monteiro, uma vez que “Todos que analisam o Estado Novo sentem a pesada mão militar, o sustentáculo essencial do Regime.” (TREVISAN, 1985, p. 67)

Durante a Segunda Guerra Mundial o Brasil enviou tropas à Europa para lutar contra o Nazifascismo, foram cerca de 25 mil soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Entretanto, ao final da guerra a FEB retorna ao país e encontra um governo de cunho ditatorial, muito semelhante ao que enfrentaram no conflito. Getúlio estava no poder havia quinze anos, desde que assumiu a presidência com a revolução em 1930, apresentando assim uma inconsistência que necessitava de uma solução com urgência. Vargas percebendo o rumo que as coisas estavam tomando, tenta novamente se agarrar ao poder, ao fazer uma aliança com antigos inimigos políticos, comunistas do PCB, partido ao qual ele havia tornado novamente legal em 1945. A partir desse acordo surge o movimento Queremista, o qual exigia a permanência do gaúcho no poder até que uma nova Constituição fosse feita, possibilitando assim uma manobra política que influenciasse a Assembleia Nacional Constituinte para que pudesse ser eleito, assim como fez em 1934. (FARIA et al., 2015, p. 284)

Todavia, os líderes militares perceberam a jogada política do presidente e se anteciparam a elas. Depois de uma série de reuniões, os altos oficiais participantes do governo decidem que a ditadura de Getúlio deveria acabar. Para isso, o Alto Comando do Exército, com o apoio das outras Forças Armadas exige a renúncia de Vargas e sem alternativa ele deixa o poder e retorna à sua terra natal no Rio Grande do Sul. Após a saída do presidente, assume o cargo um dos maiores líderes dos militares da época, o general Eurico Gaspar Dutra. Junto a ele uma nova Constituição é promulgada, a qual apresentava ideais nitidamente compactuantes com a democracia e “por fim o Brasil e o povo brasileiro devem muito às Forças Armadas e à FEB, em particular, pelo retorno das ideias democráticas ao solo pátrio.” (FARIA et al., 2015, p. 280)

2.6 O POPULISMO

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um período conhecido como Guerra Fria¹⁰, onde o mundo foi dividido entre dois principais polos e duas ideologias. Os países emergentes e subdesenvolvidos deveriam escolher sob a influência de quem ficar, de um lado os Estados Unidos da América (EUA), capitalista e de outro a URSS, socialista. Pelos países ocidentais, entre eles o Brasil, alastrou-se o medo dos soviéticos.

O comunismo passou a ser uma ameaça, uma perigosa possibilidade. Afinal de contas o Brasil “escolhera” a proteção norte-americana, e os “russos” poderiam aparecer mesmo sendo aqui o “País do samba” e nos dominar para, com isso, prejudicar, desestabilizaros “irmãos do Norte”. (TREVISAN, 1985, p. 74)

Para os militares esse perigo foi de certa forma bom, uma vez que desde os “Jovens Turcos”, passando pelos “Tenentes” e a “Doutrina Góes” tinham o desejo de botar em prática suas ideias na política no país e a ameaça feita pela ideologia estrangeira justificava esse seu antigo desejo. (TREVISAN, 1985, p. 74)

Ao final do mandato do general Dutra haveria novamente eleições diretas para o executivo. Dessa maneira o antigo ditador que ficou quinze anos no poder como presidente e quatro como senador, retorna com uma abordagem política populista e se candidata pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), derrotando o candidato opositor da União Democrática Nacional (UDN), Brigadeiro Eduardo Gomes, antigo integrante da

¹⁰ A Guerra Fria foi um conflito político e ideológico entre duas grandes potências mundiais. Esse nome foi dado devido ao fato de que não houveram conflitos direto entre os países, uma vez que isso poderia acarretar em uma guerra de proporções nucleares.

Coluna Prestes e do Movimento de Copacabana, havendo assim uma ruptura política entre Getúlio e o pensamento militar dos antigos “Tenentes”. Mesmo vencida, a UDN, liderada pelo jornalista Carlos Lacerda, inicia um combate ao governo Vargas através de sucessivas denúncias vinculando o presidente aos interesses das lideranças sindicais, as quais eram associadas ao PCB. No decorrer da campanha de enfraquecimento do presidente a imprensa lacerdista se torna o principal veículo de propagação do anticomunismo, atuando decisivamente na crise institucional que esteve presente no Brasil até 1964. (FARIA et al., 2015, p. 284)

Ademais, o presidente, já pensando nas próximas eleições, tinha o objetivo de aumentar suas bases eleitorais, recorrendo aos sindicalistas do Ministério do Trabalho¹¹, o qual criou ainda no seu período ditatorial. Sob esse contexto, Vargas escolhe para ser ministro o gaúcho João Goulart, o que desagradava tanto o empresariado nacional como os militares, uma vez que Jango tinha relações muito próximas com as lideranças do PCB, partido ilegal desde 1947 por seus ideais comunistas. (FARIA et al., 2015, p. 285)

No ano de 1954 o fim do mandato de Vargas estava próximo e as tensões entre o presidente e a oposição aumentavam. O ápice do enfrentamento foi em agosto desse ano, quando um atentado a vida de Carlos Lacerda falhou em eliminá-lo, mas vitimou o major Rubens Vaz da Força Aérea Brasileira (FAB) que fazia a segurança do jornalista. Pouco tempo depois as investigações sobre o atentado concluíram com confissões de envolvidos o envolvimento de Gregório Fortunato, chefe da guarda do presidente. Dessa forma o governo de Getúlio começa a desmoronar a sua volta, uma vez que os militares requisitavam o seu afastamento do poder, chegando ao ponto do marechal Mascarenhas de Moraes ir pessoalmente ao palácio presidencial levar um pedido de renúncia feito por oficiais da Aeronáutica liderados pelo Brigadeiro Eduardo Gomes. Ciente de que a situação estava insustentável o Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, apresenta a exigência do afastamento definitivo do presidente. Sob essas circunstâncias, em uma manobra política Getúlio Vargas tira a própria vida. (FARIA et al., 2015, p. 288)

Após a morte de Getúlio houve dois presidentes. O primeiro foi Café Filho, que adoeceu com pouco tempo de governo e deixou o cargo para o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. O interino era adversário político de Juscelino Kubitschek, que já estava eleito para a presidência no próximo ano, e não queria que

¹¹ O primeiro Ministro do Trabalho foi Lindolfo Collor, avô do futuro presidente do Brasil Fernando Collor de Mello.

ele assumisse o cargo. Por isso nomeia o marechal Fiuza Castro, ex Comandante do Realengo, para Ministro da Guerra com o intuito de impedir a posse. (BUENO, 2012, p. 455)

Nesse contexto para garantir a constitucionalidade dos atos políticos e salvaguardar a passagem da presidência para o candidato eleito um militar foi de extrema importância, o marechal Henrique Duffles Teixeira Lott. Esse oficial, então Ministro da Guerra, decide executar um “golpe preventivo” ao ocupar todos os prédios públicos, estações de rádios e jornais com unidades do Exército e colocar o senador Nereu Ramos na presidência, garantindo assim que na data determinada JK assumiria o cargo. (FARIA et al., 2015, p. 290)

Dessa forma quando Juscelino Kubitschek assume o poder, ele mantém Lott como Ministro, o que dá sustentação ao seu governo. O então eleito se apresenta para o cargo com ideias diferentes das acostumadas pelo povo brasileiro, JK tinha pensamentos desenvolvimentistas e necessitava da ajuda de capital estrangeiro para trazer o progresso às pressas. Seu Plano de Metas pode ser resumido no slogan base de seu mandato, “50 anos em 5”, pois o político fomentou a indústria automobilística, criou Ministério de Minas e Energia e deu início à construção de uma nova capital para o país. “Dos esboços de Niemeyer à realidade concreta no coração árido do Planalto Central, Brasília se materializou como miragem, dando ao país uma sensação de euforia e modernidade.” (BUENO, 2012, p. 460)

Entretanto, apesar de todo o desenvolvimentismo vivido pelo país a imensa maioria da população ainda se encontrava na pobreza e devido às pressas pelo progresso de Juscelino a inflação ameaçava como nunca. Por conseguinte, nas próximas eleições o candidato eleito, Jânio Quadros manifestaria a vontade da população por um governo menos acelerado, visto que “Os brasileiros chegavam a assustar-se com a rapidez das mudanças.” (TREVISAN, 1985, p. 120)

Jânio era uma figura folclórica, venceu o marechal Lott nas eleições com um discurso de combate à corrupção. Seu governo foi marcado por desvalorizações da moeda, adoção de uma “política externa independente” que o permitisse não tomar partido entre URSS e EUA e adoção de medidas moralistas contrárias as mudanças culturais decorrentes da época. Ademais abriu diversos inquéritos para apurar denúncias de corrupção, os quais que nunca foram solucionados, além da condecorar Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, sem o consentimento das Forças Armadas. Seu

governo foi de baixíssima popularidade e em uma tentativa de golpe ao estilo gaullista¹² renuncia ao poder, pois acreditava que manifestações populares se iniciariam exigindo sua permanência. Isso não ocorreu e em agosto de 1961, Jânio Quadros sai do poder levando seu vice a presidência, João Goulart. (VILLA, 2014, p. 17)

Com isso, foram apresentados os antecedentes do Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964. Dessa forma conclui-se que, desde a Proclamação da República em 1889, a mentalidade militar se transformou diversas vezes devido aos eventos apresentados no texto, deixando assim o pensamento militar brasileiro mais preparado para o que estava por vir em 1964.

¹² “Em 1958, o general francês De Gaulle derrubou a IV República, parlamentarista, assumiu o governo e aprovou, por plebiscito, uma nova Constituição, que concedia amplos poderes ao presidente.” (VILLA, 2014, p. 17)

3 CAUSAS

3.1 O PARLAMENTARISMO

Quando Jânio Quadros deixa o cargo de presidente da república inicia-se no país uma agitação de setores da sociedade contra e a favor da posse de seu vice, João Goulart. Jango, apelido pelo qual era comumente conhecido, se encontrava na Ásia no momento da renúncia, estava em uma viagem ordenada pelo antigo presidente de visita à Europa Oriental, União Soviética e China. Por parte dos militares a ascensão do político ao cargo encontrava muita resistência, uma vez que enxergavam nele traços do antigo populismo varguista, particularmente pela sua passagem como ministro do trabalho. Por outro lado, existiam também aqueles que defendiam Goulart com a campanha pela legalidade, ou seja, justificando-se com a defesa da Constituição Federal, especialmente o então governador do Rio Grande do Sul e seu cunhado, Leonel Brizola. (VILLA, 2014, p. 18)

Foram vários dias de uma crise política intensa no Brasil. Durante essas semanas o país vivenciou manifestações populares e discussões fervorosas dentro das próprias lideranças das Forças Armadas, uma vez que Brizola tinha como aliado o general Augusto Lopes, Comandante do III Exército¹³, o que propiciou até mesmo ameaças de bombardeio à sede do governo gaúcho. A crise só foi resolvida quando o Congresso Nacional aprova a proposta de emenda apresentada pelo deputado federal Raul Pilla, que propunha a diminuição dos poderes do presidente em uma mudança de regime para o parlamentarismo. Assim sendo, João Goulart retornou de sua viagem e assumiu o cargo, tendo no governo consigo Tancredo Neves como primeiro-ministro do novo regime. (BUENO, 2012, p. 465)

Jango concordou com o parlamentarismo por puro oportunismo. Queria tomar posse de qualquer jeito. A aceitação do novo regime evitaria um choque maior com as Forças Armadas, especialmente com o Exército. E jogou com a extensão do seu mandato: até 31 de janeiro de 1966. Portanto, teria tempo para se livrar do parlamentarismo e voltar a ter as mãos livres para governar a seu bel-prazer. Era só esperar o momento adequado. (VILLA, 2014, p. 20)

Enquanto Tancredo cuidava da administração do país João Goulart decidiu realizar algumas viagens. Inicialmente, ainda em 1961, visitou alguns locais do Brasil por onde pregou suas ideias sobre ajuda social e combate à fome. Poucos meses depois, em 1962, com o objetivo de fortalecer a figura presidencial, iniciou suas viagens internacionais. Foi aos Estados Unidos, onde causou boas impressões, vindo até mesmo discursar no congresso

¹³ O III Exército é a antiga nomenclatura do Comando Militar do Sul

americano e desfilar em carro aberto com o presidente John Kennedy em Nova York. Além disso Jango também foi ao México, onde sua passagem foi igualmente um sucesso, contudo sofreu um infarto e teve de retornar ao Brasil. Nesse período muitos acreditavam que o presidente teria que se afastar do cargo por motivos de saúde, entretanto se recuperou rapidamente e retornou à sua luta contra o atual sistema de governo. (VILLA, 2014, p. 20)

O parlamentarismo não durou muito tempo. Pouco menos de um ano após seu início o modelo se deparou com uma crise, quando Tancredo deixa o cargo. Jango decide nomear para primeiro-ministro San Tiago Dantas, entretanto o nome não foi aprovado pelo Congresso, logo em seguida indica Auro de Moura, que é aceito pelos deputados, contudo o político havia assinado uma carta de demissão sem data, umas das exigências do presidente, e na primeira divergência entre os dois o primeiro-ministro é demitido. Na terceira tentativa o nome do advogado Francisco Brochado Rocha é enviado e aceito, todavia sua ineficiência e aparente desconhecimento da prática política promovem um péssimo governo, vindo a virar piada entre os parlamentares. (VILLA, 2014, p. 21)

Brochado da Rocha acabou – mesmo sem o desejar – servindo como um instrumento de Jango para desmoralizar o parlamentarismo. O gabinete tinha dificuldades até para ser reunir. Enquanto isso, o presidente percorria as guarnições militares mais importantes para discursar e atacar o parlamentarismo, sem nunca nomeá-lo. Também buscou – e obteve – apoio dos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica. Aproveitou-se do antigo sentimento militar contra o parlamentarismo – identificado com o Império – e de defesa do presidencialismo – associado à proclamação da República. (VILLA, 2014, p. 22)

Devido aos recorrentes problemas acontecidos no país, em janeiro de 1963 o Congresso Nacional decide realizar um plebiscito para apurar qual sistema deveria ser adotado daquele momento em diante. Entretanto o parlamentarismo não tinha muitas chances, visto que João Goulart e seus apoiadores vinham desmoralizando o sistema já algum tempo ao culparem o método de governo pelos problemas vividos pela população brasileira. Isso veio a se concretizar na votação, uma vez que o sistema presidencialista venceu com a esmagadora maioria, tendo a proporção aproximada de nove votos a dois, e voltou a vigorar no Brasil. “Só então João Goulart virou presidente de verdade.” (BUENO, 2012, p. 465)

3.2 O GOVERNO DE JOÃO GOULART

Devido às crises políticas, o governo Jango foi marcado por constantes derrotas econômicas. Durante esse período aconteceram sucessivos aumentos da inflação, a qual

subiu mais de 20% em um período de 2 anos, e não havia mecanismos de correção salarial e monetária, além disso também houveram déficits na balança comercial, queda das reservas internacionais e aumento da dívida externa. Desde a volta do regime presidencialista Jango tentou através da adoção de medidas intervencionistas resolver os problemas econômicos, uma vez que não podia mais justificar suas derrotas pois agora o presidente era o único responsável, porém fracassou. (VILLA, 2014, p. 24)

Apesar do não funcionamento de suas políticas econômicas, o insucesso permitiu que João Goulart direcionasse suas críticas aos produtores rurais. Dessa maneira trazendo à tona no governo o tema da reforma agrária, uma vez que afirmava que com a transferência das terras de latifúndios para as mãos de pequenos produtores reduziria o inchaço urbano ao aumentar a população rural, dessa forma diminuindo os índices inflacionários. Além disso, segundo Jango, a reforma também possibilitaria que o mercado de produtos industrializados se expandisse para o campo, tornando assim uma possibilidade atrativa para os industriais. Entretanto sua teoria não explicava que uma mudança estrutural desse tamanho não traria resultados a curto prazo e tão pouco diminuiria o preço dos alimentos para a população mais carente. (VILLA, 2014, p. 25)

Além das questões econômicas, outros assuntos polêmicos tomaram conta do governo de João Goulart. Um deles aconteceu quando o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou a eleição de sargentos por considerá-los inelegíveis. Devido a isso praças lotadas em Brasília deram início a uma rebelião, quando ocuparam prédio público, detiveram oficiais, um parlamentar e um ministro do STF. A rebelião só acabou quando tropas se deslocaram do Rio de Janeiro para a capital federal, prendendo mais de 500 militares. O presidente ainda tentou uma nova manobra política ao decretar estado de sítio no país, o que o permitiria intervir nos estados, trocar governadores, prender opositores e alterar a constituição, possibilitando assim sua reeleição. Todavia sua tentativa sofreu forte rejeição. (VILLA, 2014, p. 26)

O estado de sítio seria – de acordo com o plano janguista, que tinha sido exposto em várias reuniões – o primeiro passo para um golpe de Estado, como uma repetição de 1937, apenas substituindo a linguagem fascista pela esquerdista – ambas autoritárias. A manobra fracassou. Isolado, Jango teve de pedir a retirada da medida três dias depois. (VILLA, 2014, p. 27)

O ano de 1964 se iniciou com uma atmosfera propícia ao golpe, o governo de João Goulart passava por uma fase de grande instabilidade e era ameaçado por políticos tanto à esquerda como à direita. Por parte dos conservadores já havia planos para a derrubada do presidente, os dois principais eram arquitetados pelo governador do Estado de São Paulo,

Ademar de Barros e pelo governador de Minas Gerais, José Magalhães Pinto. Do outro lado as lideranças encontravam-se em desacordo. Existiam grupos como o PCB de Luís Carlos Prestes que apoiava Jango, já outros como as Ligas Camponesas do deputado Francisco Julião, o Grupo dos Onze e os seguidores de Leonel Brizola que pretendiam iniciar a realização de ações mais ostensivas, como a imposição da reforma agrária “na marra” e a desestabilização interna das Forças Armadas pelo cooptação de praças para o movimento. Nesse contexto, o presidente adotava uma postura cautelosa em seus atos, uma vez que há pouco tempo havia sido derrotado em sua tentativa de aprovação do estado de sítio. Dessa forma, junto ao general Assis Brasil organiza um dispositivo de prevenção à sua derrubada, o qual seria acionado em caso de golpe. (VILLA, 2014, p. 28)

O dispositivo do general Assis Brasil era impressionante. O aparato consistia não só em uma força de reação rápida em caso de golpe, mas também no posicionamento das pessoas certas nos “lugares” certos. Antes da escolha do titular de algum cargo de importância dentro do Exército Brasileiro as opiniões, alianças e lealdade ao governo de cada candidato eram detalhadamente estudadas.

O ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, apoiava Jango e fora cumprimentá-lo à saída do palanque do comício do dia 13. Não havia comando importante em mãos duvidosas. O I Exército, que controlava a tropa do Rio de Janeiro, estava com o general Armando de Moraes Âncora, amigo do ministro, soldado disciplinado. Se Âncora piscasse, tinha abaixo o general Oromar Osorio, tão simpático ao governo que figurava entre os chamados “generais do povo”. Oromar comandava a mais poderosa guarnição do país, a 1ª Divisão de Infantaria, aquartelada na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Salvo em 1961, o grosso da tropa carioca decidira ou consumara todos os levantes militares da história nacional. Em São Paulo, o II Exército era comandado pelo general Amaury Krueel, amigo e compadre de Jango, a quem servira como chefe do Gabinete Militar e como ministro da Guerra. (GASPARI, 2002, p. 51)

O clima polarizado se alastrou pela nação e a tomada do poder através das armas passou a ser o caminho mais atrativo para ambos os lados. Os extremismos transformaram a democracia em um obstáculo para a conquista do país, uma vez que os defensores da constituição se tornaram defensores de Washington ou de Moscou, dependendo dos olhos de quem os estava vendo. Sentindo o ambiente ao seu redor, Jango aproveita o início do ano para tentar aprovar o Plano Trienal¹⁴ no Congresso Nacional, sua proposta reformista, mas não consegue. O presidente então inicia uma busca por apoio em outros setores da sociedade, pois com o amparo de parte da população poderia tentar pressionar os parlamentares a

¹⁴ O Plano Trienal foi uma proposta do ministro Celso Furtado, que tinha como objetivo combater a inflação através das Reformas de Base.

ratificarem seu projeto. Ele mira primeiramente as praças das Forças Armadas ao promover diversos discursos em cerimônias militares, além disso com intuito de ganhar o suporte popular e sindical planeja, no dia 13 de março, o Comício da Central do Brasil. (VILLA, 2014, p. 29)

3.3 O COMÍCIO DA CENTRA DO BRASIL

O comício foi marcado estrategicamente para acontecer na Praça da República, localizada em frente à Estação da Central do Brasil, em um horário onde as lideranças sindicais conseguiriam facilmente reunir um grande número de trabalhadores para ouvir o presidente e outros políticos presentes. Aproximadamente 200 mil pessoas se reuniram em frente ao palanque, onde estavam presentes João Goulart, o governador do Pernambuco, Miguel Arraes e o antigo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. (BUENO, 2012, p. 471)

O ato reuniu um número tão grande de pessoas que foi televisionado. De casa os conservadores assistiram às bandeiras vermelhas e aos cartazes levantados pela massa pedindo a legalização do Partido Comunista e exigências de reforma agrária. O presidente chegou antes da fala de Brizola e mesmo contra vontade teve de ouvi-lo, em seu discurso o deputado federal¹⁵ proferiu um discurso bem radical, defendeu a eleição popular de outro Congresso com a participação de mais setores da sociedade e menos parlamentares da velha política e concluiu suas palavras em tom de ameaça a Jango. Depois disso João Goulart falou por 65 minutos, atacou a constituição, que segundo ele não atendia mais aos anseios do povo. Ademais o presidente ainda anunciou a assinatura de dois decretos. (VILLA, 2014, p. 30)

O primeiro deles era sobretudo simbólico e consistia na desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás. O segundo – chamado de decreto da Supra (Superintendência da Reforma Agrária) – declarava sujeitas a desapropriação propriedades subutilizadas, especificando a localização e a dimensão das que estariam sujeitas à medida. O presidente revelou também que estavam em preparo a reforma urbana – um espantinho para a classe média temerosa de perder seus imóveis para os inquilinos – e propostas a serem encaminhadas ao Congresso, que previam mudanças nos impostos e concessão de votos aos analfabetos e aos quadros inferiores das Forças Armadas. (FAUSTO, 1995, p.459)

O pronunciamento feito por João Goulart durante o comício foi estrondoso, ainda mais barulhento do que o discurso que Vargas fizera dez anos antes afirmando que em pouco tempo

¹⁵ Brizola foi governador do Rio Grande do Sul de 1959 a 1963 e deputado federal pelo estado da Guanabara de 1963 à 1964.

o poder pertenceria aos trabalhadores. Os antigos apoiadores de Getúlio encontraram seu populismo agora reencarnado no reformismo janguista, assombrando assim não só a parcela conservadora da população, mas sim a grande maioria dos cidadãos brasileiros, os quais não tardariam a dar uma resposta ao presidente e seus seguidores. Primeiro veio a mudança de discurso da imprensa, a qual passou a pedir para que as Forças Armadas intervissem para garantir a constitucionalidade dos três poderes, como dito no “Diário de Notícias”:

É inegável que existem forças subversivas visando claramente uma tentativa de derrubar o regime e as instituições vigentes (...) Estas forças parecem ter cooptado o próprio Presidente e colocaram-se pela primeira vez à frente do processo subversivo de oposição à lei, ao regime e à Constituição. Se a autoridade suprema do Executivo se opõe à Constituição, condena o regime e se recusa a obedecer às leis, ele automaticamente perde o direito de ser obedecido (...). (NASCIMENTO; MACIEL, 2012, p. 109).

Após isso, menos de uma semana depois dos acontecimentos próximos à Praça da República uma manifestação é realizada pelos adversários políticos do presidente. Organizada pela União Cívica Feminina em conjunto com a Campanha da Mulher pela Democracia e apoiada pelo deputado federal Cunha Bueno, no dia 19 de março de 1964, uma passeata que reuniu cerca de meio milhão de pessoas na cidade de São Paulo. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade partiu do mesmo local em que foi realizado o Comício de Jango e levou duas horas até Praça da Sé, onde foi rezada uma missa pela salvação da democracia. (BUENO, 2012, p 473)

Após o golpe, o deputado Cunha Bueno diria: “Sabíamos que os militares só definiriam sua posição depois que houvesse uma manifestação pública e inequívoca de que ninguém mais suportava aquela situação.” A Marcha da Família foi o aval civil para o golpe militar. (BUENO, 2012, p. 473)

3.4 A REVOLTA DOS MARINHEIROS

Percebendo o rumo que a situação estava tomando o general Humberto de Alencar Catello Branco, Chefe do Estado Maior, envia um memorando a todos os oficiais do Exército Brasileiro para tentar acalmar os ânimos da tropa com relação as propostas feitas pelo presidente durante o comício de 13 de março. O militar era conhecido por suas posições legalistas e no texto diz a seus subordinados que o povo não estava pedindo uma nova constituição e os lembrava qual era o real propósito do

Exército, Marinha e Aeronáutica, defender a ordem constitucional e as leis do país. (TREVISAN, 1985, p. 128)

Poucos dias após as manifestações em São Paulo acontece mais um evento significativo para a queda de João Goulart. Há algum tempo a Associação dos Marinheiros, liderada pelo cabo Anselmo dos Santos, vinha alcançando algumas conquistas com relação à garantia de direitos e melhores vencimentos das praças navais, porém não era ainda reconhecida oficialmente pela instituição. No dia 24 de março Sílvio Mota, Ministro da Marinha, ordena a prisão dos líderes do movimento sob a acusação de subversão da hierarquia. As tensões entre praças e oficiais haviam chegado ao ápice. (FAUSTO, 1995, p. 460)

Como resposta às prisões de seus líderes, no dia 25 de março, os marinheiros convocaram uma reunião na sede do sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro, o que havia sido proibido pelo Ministro da Marinha. Contrariando as ordens, a manifestação reuniu cerca de 4500 pessoas inicialmente, vindo a ganhar mais participantes e um clima mais agressivo quando parte dos fuzileiros navais, comandados pelo almirante Aragão, foram enviados para acabar com o encontro e decidiram se juntar a eles. A assembleia aprovou diversas propostas, em especial a criação de uma associação que congregava praças das três forças armadas. (VILLA, 2014, p. 31)

Depois de cercado o local, a Marinha solicitou ajuda do I Exército e sem perspectiva de fim, o evento começou a fugir da esfera de controle do ministro Sílvio Mota. As negociações para o fim do levante só se iniciaram quando figuras políticas e sindicalistas começaram a se envolver na situação, como o líder do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Dante Pellacani. Após as pressões sofridas o comandante da Marinha se demite e Jango nomeia para o cargo almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, um militar da reserva que era simpático entre os marinheiros e contava com o apoio do CGT. Com o objetivo de acalmar os ânimos o novo ministro anuncia que nenhuma punição seria dada aos revoltosos, entretanto essa declaração provoca exatamente o efeito contrário do pretendido. “Na realidade, lançou mais lenha na fogueira: o Clube Militar e um grupo de altas patentes da Marinha denunciaram seu ato como um incentivo à quebra de hierarquia militar.” (FAUSTO, 1995, p. 460)

A falta de efetiva punição dos rebelados – e do exame das suas reivindicações – azedou ainda mais o clima. Para piorar, o ministro da Guerra estava internado no

hospital, convalescendo de uma operação. De reunião em reunião, Jango não tomou nenhuma medida disciplinadora. (VILLA, 2014, p. 31)

João Goulart não era bem visto pela oficialidade por suas posições políticas simpáticas ao comunismo, todavia foi nesse dia em que perdeu de vez os militares. Hierarquia e disciplina são os pilares das Forças Armadas e o presidente havia desrespeitado seus princípios. ““As coisas tinham ido longe demais”, admitiu posteriormente o próprio general Assis Brasil, chefe da Casa Militar da Presidência da República e principal assessor militar de Goulart”. (TREVISAN, 1985, p. 127)

Os momentos em que esses pilares foram atingidos, profundamente, temos vivos nas lembranças daquelas reuniões: o comício da Central do Brasil e a revolta dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, ambos no Rio de Janeiro – onde a Marinha teve a sua hierarquia e a sua disciplina altamente abalada – uma completa desorganização, abolindo o que nós temos de mais sagrado, que eu repito: a hierarquia e a disciplina. (MOTTA, 2003, p. 83)

Na segunda feira, dia 30 de março, como último embate entre a oficialidade militar, João Goulart compareceu a uma cerimônia no dia de comemoração do aniversário da Associação dos Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que ocorria no Automóvel Clube. O presidente foi orientado por Tancredo Neves a não comparecer pois sua presença poderia soar como uma afronta aos militares, uma vez que já estava sendo cobrado pela postura leniente em relação à Revolta dos Marinheiros, contudo não faria diferença pois as tropas do Exército já se movimentavam em Minas Gerais. O discurso foi transmitido pela televisão e João Goulart defendeu a elegibilidade dos sargentos, mais uma quebra da hierarquia militar. Segundo Amaral Peixoto, presidente do Partido Social Democrático (PSD), Jango radicalizou sua posição em relação aos oficiais, criticou-os dizendo que a disciplina deveria existir entre os homens de armas não só de baixo para cima, mas também de cima para baixo e que os mais antigos deveriam dar exemplo. “Quando o discurso acabou, o presidente do PSD disse para o amigo, que também assistia ao comício: “O Jango não é mais presidente da República”.” (VILLA, 2014, p. 32)

Que outro argumento a direita ainda necessitaria? Reforma agrária no campo, imóveis desapropriados na cidade, empresas estrangeiras nacionalizadas, reformas bancárias em andamento, ligas camponesas no sertão, voto para os analfabetos e elegibilidade para os sargentos, o que viria a seguir? – perguntavam-se os empresários, a classe média, o clero conservador e os militares de linha-dura. Enquanto João Goulart discursava entusiasmado para os sargentos, o golpe dos generais e dos coronéis já estava em andamento em quartéis de todo o país. (BUENO, 2012, p. 472)

Portanto, se faz notável que as decisões tomadas pelo João Goulart durante o período em que ocupou o cargo chefe da nação, serviram de causas para o Movimento Cívico-Militar de 1964. Desde que assumiu a posição de presidente com plenos poderes, seu governo foi marcado por sucessivas desvalorizações da moeda, proposta de reformas com características comunistas, ataques à Constituição Federal e ao Congresso Nacional e fomentação à quebra da hierarquia e disciplina dentro das Forças Armadas através do incentivo à cisão entre praças e oficiais. No entanto, graças ao forte comprometimento com o dever tanto das praças, quanto dos oficiais das Forças Armadas essa cisão não passou de eventos isolados e o pensamento militar brasileiro pode continuar incólume. Diante disso, infere-se que o fim do governo de Jango foi apenas uma consequência de suas próprias decisões.

4 O MOVIMENTO

4.1 O INÍCIO DO MOVIMENTO

Na madrugada de 31 de março de 1964, dia seguinte ao discurso de Jango no Automóvel Clube de Brasília, o general Olímpio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar realizou os telefonemas que acarretaria no Movimento Cívico-Militar. Primeiramente, ligou para Armando Falcão, deputado federal e um conspirador honorário contra João Goulart, logo depois acionou o aparelho na mesa de cabeceira do general Castello Branco. O chefe do Estado-Maior foi surpreendido pela ligação e adotou uma postura cautelosa que poderia tanto fomentar a insurreição como contê-la, tentou entrar em contato com o Comandante do II Exército, general Amaury Krueel, uma vez que enxergava que sem ele o levante não passaria de uma aventura. Castello e Krueel eram velhos conhecidos, haviam lutado juntos durante a campanha da FEB na Segunda Guerra Mundial e apesar da existência de alguns desentendimentos entre eles, ambos combinaram de agir em conjunto no tocante a situação política vivida no país. O Comandante do II Exército era explicitamente apoiador do governo de Jango, visto que tinha uma relação de amizade com o presidente, e ao receber a notícia do que estava se iniciando em Juiz de Fora se declarou contrário ao movimento. (GASPARI, 2002, p. 65)

Assim sendo, a ação seguinte de Castello Branco foi de prevenção ao movimento. O comandante do Estado-Maior foi informado da presença em Juiz de Fora de fervorosos inimigos políticos contra o presidente, o general Antônio Carlos Muricy e o marechal Odylio Denys, com isso telefonou ao General Guedes, servindo em Belo Horizonte, na intenção de descobrir o que estava acontecendo em Minas Gerais. Foi então informado que a revolução já havia se iniciado, Mourão Filho, com apoio do governador do estado Magalhães Pinto, já havia abandonado os quartéis com sua tropa e se posto em movimento em direção ao Rio de Janeiro. (GASPARI, 2002, p. 66)

Ao saber da “manobra intempestiva” de Mourão, o líder militar do levante, o general Castello Branco, telefonou para Magalhães Pinto ordenando a volta aos quartéis. Magalhães argumentou que era “tarde demais”, uma vez que as tropas já estariam na fronteira com o Rio. Ao ser questionado pelo deputado golpista Armando Falcão se estava “articulando com alguém”, Mourão – que, anos depois, diria que, “em matéria de política”, era “uma vaca fardada” – respondeu: “Estou articulado com minha consciência. Quem quiser que me siga.” Em breve, todo o Exército o seguiria – e uma boa parcela da sociedade civil também. (BUENO, 2012, p. 480)

O Chefe do Estado-Maior ainda realizou outras tentativas de deter o movimento. Tentou entrar em contato com banqueiro e sobrinho do governador de Minas Gerais, José Luís de Magalhães de Lins, na esperança de que ele convencesse o tio a retardar o início do levante de Mourão. Entretanto, a tentativa não deu resultados, uma vez que cerca de uma hora depois do pedido, Zé Luís o informou pessoalmente de que já não havia como recuar. Castello Branco, inconformado tentou contatar diretamente Guedes e Magalhães Pinto, dizendo que se não retornassem imediatamente seriam massacrados, mesmo assim não conseguiu abalar a confiança de nenhum dos dois. As poucas contrariedades que Mourão encontrou foram facilmente resolvidas. Ao inspecionar as tropas do 10º Regimento de Infantaria (10º RI), o general se surpreendeu quando o comandante do Regimento, coronel Clóvis Calvão se declarou que não queria participação no movimento, já que o ministro da Guerra não os apoiava. (GASPARI, 2002, p. 67)

Tamanha divergência, com um general querendo derrubar o governo e um coronel comandante de regimento mostrando-se leal ao ministro, poderia parecer um sério impasse militar, mas os dois resolveram o problema com a ajuda da legislação trabalhista. Calvão pediu férias, e Mourão as deu, cumprindo até mesmo a praxe burocrática de mandar lavrá-las no boletim oficial do governo que pretendia depor. (GASPARI, 2002, p. 68)

Enquanto isso no Rio de Janeiro, as maiores agitações aconteciam primordialmente na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ESCEME). Com a notícia das movimentações de tropa em Juiz de Fora, as aulas foram suspensas na Praia Vermelha e os armamentos reunidos, cerca de 28 pistolas calibre .45, 30 fuzis e 3 submetralhadoras. Apesar de grande disposição a ESCEME não contava com grande efetivo, sendo cerca de apenas 400 alunos e instrutores e em sua maioria oficiais superiores. Os militares ficaram alertas e em condições de serem empregados, até que um tenente coronel solicitou que formassem uma guarda para proteger Castello Branco no Estado-Maior. “Foram destacados sessenta oficiais. Essa viria a ser a maior movimentação de tropas revolucionárias no Rio de Janeiro durante o dia 31. Eles foram para o quartel-general a fim de impedir a prisão de Castello e, se possível, dominar o prédio.” (GASPARI, 2002, p. 70)

Durante algumas horas da jornada de 31 de março de 1964, o grande edifício do Ministério da Guerra abrigou um cenário de faroeste. Os expedicionários instalaram-se no sexto andar, em torno de Castello. Desligaram os elevadores principais e bloquearam as passagens de quatro pavimentos. A revolta controlava os corredores do quinto ao oitavo andar, enquanto o governo funcionava do térreo ao quarto e do nono (onde estava o gabinete do ministro) ao décimo. Uma situação desse tipo não poderia durar. Por volta das 15h30 o grande pátio interno do QG foi ocupado por carros de choque da Polícia do Exército. Entraram com as sirenes

ligadas e despejaram a tropa, que ocupou os andares de baixo. Conta o coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, que viera da ESCEME: Perguntamos: “E se a PE tentar subir?”. Resposta: “Atirem”. (GASPARI, 2002, p. 70)

Apesar de toda a preparação e engajamento dos alunos, o pequeno levante não deu os resultados esperados e um sentimento de frustração ascendeu entre os participantes, vindo alguns a nomear o movimento de “revoluçãozinha de expediente”. O general Castello Branco deixou o prédio junto ao general Geisel e telefonou ao comandante da Escola, general Jurandyr de Bizarria Mamede, para ordenar que as aulas se reiniciassem na Praia Vermelha. Dessa forma o desaponto dos militares só aumentou, vindo o tenente-coronel Newton Araújo de Oliveira e Cruz a comentar: “Zero a zero e bola ao centro. Quando eu vi isso, cheguei a chorar, porque revolução que começa e acaba com todo mundo voltando para casa não dá em nada. Não ia haver revolução nenhuma” (GASPARI, 2002, p. 70)

Em contrapartida as forças pró legalidade também agiam. Em Juiz de Fora um avião da Força Aérea Brasileira sobrevoou a cidade e atirou panfletos que continham notas oficiais. Em uma delas, de autoria de João Goulart, dizia que o presidente confiava no espírito legalista das Forças Armadas. O outro folheto era do ministro da guerra, o general Jair Dantas Ribeiro, o militar se encontrava internado no hospital havia uma semana pois tinha sido operado de câncer de próstata, na mensagem o general exonerava os líderes revoltosos e afirmava: “Não hesitarei em sacrificar minha própria saúde para cumprir este dever que tenho para com minha pátria e para com o regime democrático que defendo. Haveremos de cumprir nossa missão haja o que houver, custe o que custar”. (GASPARI, 2002, p. 72)

Dessa maneira as dificuldades encontradas por Mourão existiram, principalmente, devido à falta de adesões ao seu chamado. Além do I Exército de São Paulo, outras unidades também recusaram o convite para fazer parte do levante, como os Dragões da Independência de Brasília, o 20º Batalhão de Infantaria Blindada (20º BIB) de Curitiba, o Regimento de Reconhecimento Mecanizado e o Instituto Militar de Engenharia (IME), ambos localizados no Rio de Janeiro. Nesse momento a esperança de derrubar Jango do poder parecia se distanciar, até mesmo o chefe da representação americana em Brasília, o coronel Walters, reportou que a revolução perdera seu momento de agir devido à falta de apoio de alguns estados, principalmente de São Paulo. (GASPARI, 2002, p. 74)

4.2 A SITUAÇÃO POLÍTICA

João Goulart perdido em meio a situação, ao invés de se estabelecer no Rio de Janeiro, no local em que a maior parte dos comandos das Forças Armadas estava, optou por ir para Brasília, passou poucas horas na cidade e se dirigiu para o aeroporto, de onde embarcou em um avião para Porto Alegre. Durante esse deslocamento, em uma sessão fervorosa, o senador Auro Moura Andrade, presidente do Congresso declarou vaga a presidência da república, apesar de isso não ser verdade. O político alegou que o presidente havia abandonado o país e deixado a nação acéfala, entretanto Jango estava em pleno voo em direção ao Rio Grande do Sul. (VILLA, 2014, p. 32)

Todavia, o dispositivo de João Goulart estava em pleno funcionamento, uma vez que na capital as forças leais ao presidente ocuparam as saídas da cidade e controlavam a circulação de informações. Foi confiscada até mesmo uma gravação com o pronunciamento do Senador Auro Moura Andrade declarando vago o cargo do presidente. Dessa forma o Jango se mostrava como capaz de tomar atitudes de cunho ditatorial para proteger o seu poder, percebendo isso o senador Aloysio de Carvalho declarou:

Ninguém tem dúvida, pelos atos praticados em Brasília, de que o presidente da República não pretende outra coisa senão se fazer ditador no país, utilizando as forças armadas no seu objetivo disfarçado, a pretexto de garantir a ordem e o regime. Depois do fato consumado, da luta, se transformará em ditador. (GASPARI, 2002, p.76)

As sessões na Câmara se transformaram em caos, defensores e críticos do presidente se digladiavam verbalmente chegando aos limites da agressão física. De tempos em tempo os ânimos se acalmavam, porém diversas vezes chegava o boato de que o general Kruel havia aderido ao movimento e as discussões se acaloravam novamente. Porém na realidade ninguém sabia exatamente o que era verdade e o que era mentira e não tinham como saber o que realmente estava acontecendo no país. “O deputado Amaral Netto, dentro do sentimento catastrofista dos conspiradores, proclamava: “Fiquemos neste mausoléu, morramos aqui dentro, mas que todos morram com dignidade, que ninguém se curve a este homem que não mais preside o país legalmente.” (GASPARI, 2002, p. 76)

Para evitar o conflito armado, o general Amauri Kruel, aliado de João Goulart, em uma ligação telefônica tentou convencê-lo a ceder em alguns aspectos para amenizar as tensões com seus opositores. O general pediu que Jango rompesse com seus aliados mais radicais, especialmente Abelardo Jurema, do Ministério da Justiça e Darcy Ribeiro que chefiava o Gabinete Civil. Além disso também pedia para que o CGT fosse posto na ilegalidade, a condenação de greves políticas e a permissão para intervir em sindicatos em

caso de desobediência, o que já era previsto em lei. Segundo o comandante do II Exército caso essas condições fossem aceitas ele conseguiria reverter o golpe, uma vez que as adesões não viriam acontecer e a revolta ficaria restrita ao general Mourão e à Escola Superior de Guerra (ESG). Entretanto a negativa de João Goulart foi o fator decisivo para que o levante ganhasse mais apoio, incluindo o dos militares comandados pelo general Krueel, possibilitando assim que as tropas de Juiz de Fora avançassem quase sem resistência. (TREVISAN, 1985, p. 130)

4.3 O DESLOCAMENTO DE TROPAS

Dessa maneira dispositivo de Mourão avançava rumo ao Rio de Janeiro e os apoios conseguidos pelo general se mostraram de extrema importância, sua tropa foi dividida em dois destacamentos, Caicó e Tiradentes. O primeiro constituído pelo 1º Batalhão de Infantaria do 12º Regimento de Infantaria (12º RI), um Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, uma Bateria de Artilharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Belo Horizonte e uma Bateria de Obuses do 4º Regimento de Obuses 105 de Pouso Alegre, partiu da capital mineira até Brasília sem muitas dificuldades, já o segundo constituído pelo 10º RI de Juiz de Fora, 11º Regimento de Infantaria (11º RI) de São João Del Rey, 2º Batalhão do 12º RI de Belo Horizonte, um Grupo de Artilharia de Juiz de Fora, um Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, um Batalhão de Polícia Militar de Juiz de Fora e um Batalhão de Polícia Militar de Governador Valadares, partiu de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro sob o comando do general Muricy. (USTRA, 2007, p. 89)

A notícia aos poucos se espalhava pelo país, todavia ninguém sabia exatamente o que estava acontecendo, apenas que algo estava se iniciando em Minas Gerais. Os rumores de que Mourão e Guedes estavam tramando algo contra o governo foram suficientes para que o general Assis Brasil, aliado de Jango, acionasse seu dispositivo de prevenção a tentativa de golpe contra o presidente. Do Rio de Janeiro militares da Infantaria Divisionária comandadas pelo general Luiz Tavares da Cunha Mello foram enviadas em direção a Minas Gerais com o objetivo de deter os revoltosos, tendo a sua frente o 1º Regimento de Infantaria (1ºRI) sob o comando do coronel Raimundo Ferreira de Sousa. Na região próxima a cidade de Três Rios as duas tropas se encontraram, ocuparam posições no terreno e se prepararam para entrar em combate, entretanto o coronel Raimundo tinha ótimas relações com o marechal Odylio Denys, apoiador de Mourão, e decidiu ouvi-lo, vindo assim a ser convencido a trocar de lado e a levar consigo a Bateria do 1º Regimento de Obuses 105 que o apoiava. “Com tai adesões,

a Vanguarda da Infantaria Divisionária, em vez de impedir o acesso do Destacamento Tiradentes ao Rio, passou a apoiá-lo.” (USTRA, 2007, p. 91)

Com isso, as tropas de Juiz de Fora haviam tomado a fronteira entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, com cerca de 3 mil homens posicionados próximos à ponte do Rio Paraibuna. Enquanto isso, o general Moraes Âncora, oficial ainda leal ao presidente, enviou o poderoso Destacamento Sampaio ao Vale do Paraíba para combater os revoltosos, entretanto “quando as tropas se encontraram, não houve combate: os oficiais cariocas aderiram aos golpistas e, naquele instante, às 17 horas de 31 de março, a conspiração se viu virtualmente vitoriosa.” (BUENO, 2012, p. 480)

4.4 A PARTICIPAÇÃO DA AMAN

Segundo o general de exército Antônio Jorge Corrêa, em horário aproximado o comandante do I Exército, no Rio de Janeiro, entrou em contato com a Academia Militar das Agulhas Negras, comandada pelo general Emílio Garrastazu Médici, e determinou que o Batalhão de Comando e Serviço fosse posto em prontidão. A determinação foi cumprida, entretanto, durante a madrugada do dia 1º de abril, o líder da revolução no Rio de Janeiro, general Costa e Silva, também contactou a Academia e solicitou apoio de Médici. O comandante da AMAN lhe garantiu suporte dentro das possibilidades da Academia. Pouco tempo depois o general Krueel ligou para o general Médici para informá-lo de que o II Exército havia se juntado à revolução e solicitou apoio, pois se deslocariam em direção ao Rio de Janeiro pela BR-2, atual Rodovia Presidente Dutra. O comandante da Academia confirmou apoio às tropas paulistas e comunicou que também haviam aderido ao movimento. Ainda na mesma noite, o general Médici ainda recebeu outro telefonema. O comandante do I Exército, último real poderio militar leal a João Goulart, informou-o de que realizaria um deslocamento com os Grupamentos Unidade Escola (GUEs), em direção ao estado de São Paulo e passaria pela guarnição de Resende por volta das 12 horas do dia 1º. Por volta das 3 horas da manhã os oficiais da Academia foram informados da decisão do comando de empregar os cadetes em operações. (MOTTA, 2003, p. 36)

Foram acionados elementos para o domínio de todos os setores do Município de Resende. Já havia equipes com a missão determinada, há muito tempo, treinando, de modo que instantaneamente a Academia tomou conta do governo da cidade, das comunicações telefônicas, do controle do transporte ferroviário e rodoviário, das questões relativas a suprimentos, enfim, tudo isso atendido prontamente. (MOTTA, 2003, p. 37)

Ainda segundo o subcomandante da AMAN em 1964, assim que a Academia recebeu as informações dos deslocamentos do I e do II Exércitos percebeu que um encontro entre as duas tropas aconteceria provavelmente nas proximidades da cidade de Resende. Dessa forma, iniciou a realização de medidas para impedir um possível combate. Primeiramente, um oficial disfarçado foi enviado pela Rodovia Dutra em direção ao Rio de Janeiro para reconhecer as tropas do general Moraes Âncora. Foram identificados pelo militar os comandantes do GUEs e das tropas subordinadas ao grupamento, o Regimento Escola de Infantaria (REI) e o Grupamento Escola de Artilharia (GEsA), o mesmo ainda acompanhou todo o resto da viagem e manteve o comando da AMAN informado. Em relação à cidade, a Academia assumiu controle político do município, o prefeito se reuniu com o general Médici e teve de se sujeitar às suas intenções. (MOTTA, 2003, p. 37)

Durante a manhã, o Corpo de Cadetes da AMAN, comandado pelo coronel Moacyr Barcellos Potyguara, organizou uma vanguarda constituída por frações dos diversos Cursos da Academia. Essa frente era composta por um esquadrão de cavalaria motorizado, comandado pelo major Ernani Jorge Corrêa, uma companhia de infantaria reforçada, comandada pelo capitão Geise Ferrari, uma bateria de Obuses 105mm, comandada pelo capitão Dickens Ferraz, além de um pelotão de engenharia e duas equipes de comunicações. Os cadetes de cavalaria tiveram a missão de ocupar uma posição de retardamento no km 277 da rodovia, os de infantaria ocuparam uma posição defensiva no km 283, próximo à fábrica White Martins e também deveriam realizar o acolhimento de esquadrão após o seu retraimento. Os Obuses ocuparam uma posição de tiro cerca de 3 quilômetros atrás da infantaria, a engenharia ficou em condições de realizar a destruição de dois viadutos no km 278. (USTRA, 2007, p. 94)

Assim que adotou a posição favorável ao movimento e enviou os cadetes para as posições defensivas na região de Resende, o Estado-Maior Operacional da Academia Militar das Agulhas Negra tornou pública a decisão da AMAN através de uma promulgação denominada de “Irmãos de Armas”. O documento explicava a atitude tomada pelo berço do oficialato brasileiro, defendia os princípios da hierarquia e disciplina e apelava para que o Exército Brasileiro se mantivesse unido, guardasse suas energias para a real ameaça, os inimigos da pátria, ao invés de lutar entre si, contra seus próprios irmãos de armas. De acordo com o general Antônio Jorge Corrêa:

Essa Proclamação foi ao ar, e quando o major telefonou de Belvedere, informando que as tropas estavam se dirigindo para Resende, nosso grupo teve uma conversa. O General Médici não estava, e eu disse que seria interessante entregar um exemplar

dessa proclamação ao Comandante do Grupamento. O Coronel Obino Lacerda Álvares, que era Chefe da Divisão de Ensino, se propôs a fazê-lo. O General Médici aprovou a idéia, assinou o exemplar e o Coronel pegou o jipe e seguiu. Passou pelo QG do Coronel Potyguara, na fábrica Dupont, ultrapassou nossos elementos mais avançados e entregou o exemplar ao Gen Anfrísio. Esse, estou supondo, deve ter feito contato com o Rio de Janeiro, para receber instruções. O Coronel Comandante do REI avançou um pouco até certificar-se de nossas posições e, então, parou todo o dispositivo. (MOTTA, 2003, p. 39)

Assim que as tropas do general Moraes Âncora se depararam com os cadetes ocupando a posição defensiva no terreno, o comando ordenou que uma bateria de artilharia que vinha à vanguarda ocupasse uma posição de tiro. As outras duas baterias do Grupamento Escola de Artilharia, vinham mais a retaguarda e se recusaram a parar, sob coordenação do S3 da unidade, capitão Willy Seixas, junto aos comandantes de cada bateria, capitão Affonso de Alencastro Graça e capitão José Antônio da Silveira, continuaram avançando até chegarem à Resende, onde trocaram de lado e uniram forças com a AMAN. (MOTTA, 2003, p. 39)

Além da proclamação feita ao Exército Brasileiro à AMAN ainda divulgou outro documento, dessa vez direcionado aos irmãos de outras forças, em especial aos cadetes da Academia da Força Aérea (AFA) e aos aspirantes da Escola Naval. A declaração levava o nome de “Irmãos das Forças Armadas” e informava que os integrantes da Academia Militar das Agulhas Negras estavam lutando para salvaguardar a liberdade do Brasil e desse modo solicitavam ajuda de seus companheiros de outras forças armadas para defender os princípios religiosos, morais e culturais que sempre fizeram parte dos ideais dos antepassados comuns dos militares brasileiros. (MOTTA, 2003, p. 40)

4.5 A RESOLUÇÃO DO CONFLITO

Durante a manhã do dia 1º de abril, as tropas do II Exército começaram a chegar na região de Resende e às 13 horas o general Médici foi informado de que os comandantes de ambos os lados aceitaram se encontrar na AMAN para conversar. Durante a tarde ficou decidido que as tropas manteriam posição sem abrir fogo para que seus respectivos comandantes pudessem realizar o deslocamento até o ponto de encontro. O general Amauri Kruehl foi o primeiro a chegar na Academia primeiro e de acordo com o coronel Ustra:

Quando o general Âncora saltou do carro, o general Médici ordenou ao corneteiro que desse o toque a que ele tinha direito, sucedendo-se entre ambos uma troca de deferências, no mais genuíno cavalheirismo: General âncora: - “Não é preciso. General derrotado não tem direito a sinais de respeito. Vim para me render”. General Médici: - “Aqui estou para recebê-lo, onde não há outros derrotados senão os inimigos da Pátria. Recusando-se ao derramamento de sangue, Vossa Excelência

está entre os vitoriosos de hoje. Suba comigo que o gen. Kruehl o está esperando.” (USTRA, 2007, p. 99)

Durante a reunião ficou decidido que não haveria combate entre os irmãos de armas e que cada unidade regressaria a seus respectivos quartéis. Após à resolução do conflito com o I Exército, tropas de todos os comandos de área do país começaram a aderir ao movimento, o que propiciou à contrarrevolução uma vitória sem grandes focos de resistência. “Às 11h, realizou-se a formatura geral em homenagem a todos os integrantes da Academia Militar que atuaram em benefício do já vitorioso movimento revolucionário. Foi lida nessa formatura a ordem do dia do General Comandante.” (MOTTA, 2003, p. 42)

No dia seguinte o Destacamento Tiradentes chegou, sem derramamento de sangue, ao Rio de Janeiro às 7h e 30 minutos e ficaram alojados no estádio do Maracanã durante toda sua estadia na cidade. Além dos acontecimentos em Resende, o exemplo que os militares vindos de Minas Gerais deram ao restante do Exército Brasileiro também foi um incentivo necessário para o desenrolar da contrarrevolução no restante do país. (USTRA, 2007, p. 91)

Vale lembrar que as forças oponentes se comportaram de forma cavalheiresca e visceralmente contrária ao que preconizava os manuais dos revolucionários da esquerda. Enquanto esses preconizavam saques, incêndios e violência, os militares do Exército Brasileiro honraram o legado de Caxias, seu ínclito patrono: fidalguia e respeito com os vencidos e pacificação do país. (USTRA, 2007, p. 91)

Assim sendo, percebe-se que a participação dos militares foi de extrema importância para que o Movimento pudesse ocorrer de fato. Entretanto, nessa parte de nossa história foi nítida uma cisão entre as opiniões dentro das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, uma vez que uma parte dos oficiais eram legalistas, ou seja, defendiam a Constituição Federal e a manutenção de João Goulart como Presidente da República e a outra parcela era a favor da retirada de Jango do poder, em virtude de sua proximidade com pessoas e grupos relacionados à ideologia comunista. Portanto podemos reparar que assim como em 1935, o pensamento militar brasileiro encontrou um ponto de divergência entre seus pensadores, porém, diferentemente do que ocorreu no decurso da Intentona Comunista, graças à maturidade, experiência e forte senso de patriotismo e amor ao próximo dos envolvidos no evento, não houveram conflitos armados abrangendo personagens do próprio Exército e dessa forma a nação brasileira foi quem saiu vitorioso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi pautado na literatura de diversos autores sobre o período proposto pelo tema, onde buscou-se explicitar eventos que marcaram a maneira de pensar dos militares do país. Durante o estudo analisou-se eventos antecedentes e causas do Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964, percebendo que os acontecimentos descritos na pesquisa foram fundamentais para a construção da maneira de pensar dos militares brasileiros.

Durante o período imperial, a ingratidão existente com o Exército Brasileiro acumulou-se com as sanções impostas e deu origem a um dos pilares da queda de Dom Pedro II. Dessa maneira, percebe-se o poder que o pensamento militar brasileiro já tinha ao final do século XIX e não se limitou a esse período, vindo a se transformar com o passar do tempo à medida que a oficialidade do Exército tinha contato com outras formas de pensar.

Ao longo do século XX o pensamento militar brasileiro sofreu diversas mudanças, as quais foram apresentadas na pesquisa. O Exército foi influenciado pelos estudos de Augusto Comte e posteriormente pelos jovens Tenentistas. Durante esse período histórico os tenentes foram grandes influenciadores de seu tempo, colocando as ideias dos militares em prática, através de levantes como os 18 do Forte, Coluna Prestes e por fim a Revolução de 30, que permitiu a ascensão de Vargas ao poder. Demonstrando assim, o poder que o pensamento estava alcançando.

Durante o governo de Getúlio ocorreu um fato que mutaria o pensamento militar brasileiro até os dias de hoje, a Intentona Comunista. O movimento liderado por Luís Carlos Prestes em 1935, para atingir seus objetivos, os comunistas mataram diversos irmãos de armas dentro das organizações militares, alguns ainda dormindo. Dessa maneira um ódio comum a tudo que remetia a ideologia de Karl Marx se alastrou através das Forças Armadas e marcou o pensamento militar brasileiro para sempre, vindo a se reascender em 1964.

O ódio ao comunismo criado pela Intentona foi usado também por Getúlio para dar um novo golpe e assumir o poder. Durante esse período Vargas adota atitudes totalitárias, nomeia governadores de estados e prefeitos de municípios, muitos desses tenentes, demonstrando como os militares ganharam força com o político. Todavia, durante a Segunda Guerra Mundial, a FEB luta contra o Nazifascismo na Europa e ao retornar ao Brasil encontra um governo semelhante em solo brasileiro. Dessa maneira os mesmos tenentes que ajudaram o político a chegar ao poder em 1930, o tiraram de lá em 1945 e colocaram novamente um

general, demonstrando assim que a política deveria se curvar ao pensamento militar brasileiro e não o contrário.

O sucessor de Vargas, o general Eurico Gaspar Dutra, trouxe de novo ao poder os ideais militares, fortaleceu o alinhamento com os Estados Unidos da América, intensificou a perseguição aos comunistas e promulgou uma nova Constituição. Ao fim de seu governo houveram novas eleições, quando o antigo aliado dos tenentes, Getúlio, volta a se candidatar e ganha as eleições. Em 1954, próximo ao fim do mandato de Vargas as tensões políticas eram grandes, chegando em níveis alarmantes quando o nome do chefe de segurança de Getúlio é envolvido em um atentado à vida do jornalista opositor ao presidente, Carlos Lacerda, vindo a ferir um Major da Força Aérea Brasileira. Dessa maneira as pressões da sociedade para a renúncia de Vargas explodem e o presidente tira a própria vida. Nesse contexto houve um alinhamento das vontades dos setores civis e militares, assim como em 1964.

Após a morte de Getúlio Vargas, o presidente interino tenta impedir a posse de Juscelino Kubitschek. O Ministro da Guerra, o marechal Lott, realiza um golpe preventivo para assegurar a posse de JK. O que pode ser comparado com o Movimento Cívico-Militar, visto que também assim como em 1964, ocorreu um levante realizado visando impedir um golpe já em marcha. O próximo governo foi o de Jânio Quadros, onde o fato mais marcante em relação aos militares foi a condecoração de Che Guevara, um comunista conhecido mundialmente, com a Ordem Cruzeiro do Sul na frente de diversos generais sem a autorização das Forças Armadas. O que incomodou profundamente a casta militar, em virtude de ver um inimigo ideológico ser presenteado com uma medalha nacional.

Antes do fim de seu mandato, Jânio renuncia. o que veio a angustiar novamente os militares, já que novamente assistiram um comunista ser presenteado no Brasil, só que dessa vez com a cadeira da presidência. O governo de João Goulart foi marcado diversas vezes por conflitos políticos com as Forças Armadas, entretanto em 1964 o clima piorou muito. Percebendo as tensões existentes no país, Jango coloca militares influentes nas posições certas, como o general Jair Dantas Ribeiro no Ministério da Guerra, o general Moraes Âncora no comando do I Exército e o general Amaury Krueel no comando do II Exército. Demonstrando assim, que opiniões se dividiam no que tange ao pensamento militar brasileiro, já que alguns integrantes do Exército apoiavam o político.

Após o discurso de Jango no Rio de Janeiro, o general Olympio Mourão Filho com apoio do governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, decide dar início ao movimento em Juiz de Fora. A tentativa de defesa de Jango foi por o I Exército em marcha em direção a São Paulo, vindo a se encontrar com Kruel em Resende. Graças a atuação da AMAN em colocar os cadetes em posição no terreno, não houve combate e ambos os generais puderam se reunir na Academia e entrar em acordo. Comprovando que apesar de existirem divergências entre integrantes do Exército, o pensamento militar brasileiro tem uma perspectiva maior do que simples opiniões pessoais.

Analisando os acontecimentos supracitados e o período histórico, é possível concluir que a participação política praticada pelos oficiais do Exército durante o período compreendido entre 1889 e 1964 moldou o pensamento militar brasileiro de modo que se tornasse um indutor do desenvolvimento nacional e da propagação de ideias, propiciando assim, o acontecimento do Movimento Cívico-Militar de 1964. Cada evento acontecido em cada fase da história descritos nesse trabalho, seja ele político ou histórico teve uma contribuição ímpar para formar a maneira de pensar dos militares brasileiros, os quais até os dias de hoje, empregam em suas ações os valores e ideais defendidos pela instituição.

Por fim, pode se reparar também que o conteúdo dessa pesquisa não vem a findar-se aqui. Mas pode-se dar continuidade ao trabalho através da análise de diversos materiais de consulta do próprio Exército Brasileiro, em especial da Bibliex que abordam sobre esse assunto, que ainda é tão mal explorado pela sociedade brasileira. Para finalizar, deixo a frase de Leonardo Trevisan em seu livro *O Pensamento Militar Brasileiro*: “Nenhum país que pretendeu ter alguma importância, em qualquer período da História, pode prescindir de um Exército.” (TREVISAN, 1985, p. 10)

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Manual de iniciação à pesquisa científica**. Resende: Editora Acadêmica, 2019.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: Alfredo Bossi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012.
- CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.
- CARVALHO, Ferdinando de. **Lembraí-vos de 35!**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- DORIA, Pedro. **Tenentes: a guerra civil brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- FARIA, Durland Puppin de (org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LEONEL, Vilson; MOTTA, Alexandre de Medeiros. **Ciência e Pesquisa**. 2. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.
- MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). **1964 – 31 de Março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.
- NASCIMENTO, José Conegundes do; MACIEL, Lício. **Orvil: tentativas de tomada do poder**. [s.l.], Editora Schoba, 2012.
- REMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- TREVISAN, Leonardo. **O Pensamento Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Global, 1985.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada**. 3. ed. Brasília: Editora Ser, 2007.
- VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à Brasileira**. São Paulo: Editora LeYa, 2014.